

Paulo Eduardo Ribeiro Gonçalves

**Aproximação à Teoria Marxista do Valor-Trabalho para Crítica do Estado Capitalista:
Limites da Política de Emprego e Renda para a Juventude Brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, para a obtenção do diploma de graduação em Serviço Social, sob a orientação do Prof^o. Dr. Perci Coelho de Souza.

Brasília-DF, dezembro de 2017.

Paulo Eduardo Ribeiro Gonçalves

**Aproximação à Teoria Marxista do Valor-Trabalho para Crítica do Estado Capitalista:
Limites da Política de Emprego e Renda para a Juventude Brasileira**

Esta monografia foi aprovada em 11/12/2017 pela banca examinadora:

Perci Coelho de Souza

Doutor em Serviço Social

Universidade de Brasília

Prof^a. Mestre Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida

Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora César

Universidade de Brasília



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

**Aproximação à Teoria Marxista do Valor-Trabalho para Crítica do Estado Capitalista:
Limites da Política de Emprego e Renda para a Juventude Brasileira**

Paulo Eduardo Ribeiro Gonçalves

Brasília-DF, dezembro de 2017.

Lista de Siglas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PROEMPREGO – Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PREJAL – Projeto de Promoção do Emprego de Jovens na América Latina

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

SESCOOP – Serviço nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SETRES – Secretaria Estadual do Trabalho e Economia Solidária

UnB – Universidade de Brasília

Resumo

As discussões realizadas no presente estudo trazem à superfície um panorama geral sobre a questão do desemprego estrutural num contexto de crise crônica. Nesse sentido, a realidade que tem se apresentado aos jovens e em relação ao futuro da nova geração vem sendo permeada por incertezas e perda de sentido em relação à vida em vários aspectos. Pôde ser constatada a relevância que o valor-trabalho continua a exercer sobre a juventude apesar da sua desvalorização, pois o trabalho na sua forma de emprego assalariado permanece como a principal fonte de manutenção da vida para a classe trabalhadora. Diante da relação contraditória entre capital e trabalho, onde o segundo aparece subordinado aos interesses do primeiro, foi possível constatar a verdadeira natureza antagônica das políticas sociais públicas e dos programas sociais no Brasil, direcionados à geração de emprego e renda aos jovens. Tais programas não conseguem promover de forma significativa mudança na realidade dos jovens que permanecem como uma parcela significativa fora do mercado de trabalho, que vem se apresentando cada vez mais precarizado. Foi possível concluir a incapacidade do Estado Capitalista em reverter a situação de desemprego devido a sua própria estrutura contraditória.

Palavras-chave: Desemprego Estrutural; Jovens; Valor-Trabalho.

Abstract

The discussions carried out in the present study bring to the surface a general overview on the issue of structural unemployment in a context of chronic crisis. In this sense, the reality that has been presented to young people and in relation to the future of the new generation has been permeated by uncertainties and loss of meaning in relation to life in several aspects. The relevance that work-value continues to exert on youth despite its devaluation can be verified, since work in its form of salaried employment remains the main source of maintenance of life for the working class. Faced with the contradictory relationship between capital and labor, where the latter appears subordinate to the interests of the former, it was possible to verify the true antagonistic nature of public social policies and social programs in Brazil, aimed at generating employment and income for the young. Such programs can not significantly promote a change in the reality of young people who remain a significant part of the labor market, which is becoming increasingly precarious. It was possible to conclude the inability of the Capitalist State to reverse the unemployment situation due to its own contradictory structure.

Keywords: Structural Unemployment; Young; Value-Labor.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à Vida por ter apresentado os caminhos que me fizeram chegar até aqui, pois a lição mais importante que aprendi foi a da persistência e da superação durante todo o meu processo de formação acadêmica, espero ter aprendido o suficiente sobre isso.

Agradeço à pessoa que mais acreditou e torceu por mim nesses últimos anos, a minha querida mãe Ivanildes, que desde sempre me motivou a seguir em frente sem me cobrar nada durante esse processo além da minha dedicação aos estudos. Com toda certeza ela tornou esse momento mais leve e possível. Serei eternamente grato, pois com certeza valeu à pena.

Agradeço às minhas queridas amigas que fiz ao longo da graduação: Aline, Larissa, Debora, Caroline, Victória e Lyvia, cada uma com seu jeito especial de ver o mundo. Agradeço pelos momentos que passamos juntos durante nossa formação profissional. Com certeza não foram momentos nada fáceis que compartilhamos, momentos de luta e perseverança, mas nos mantivemos firmes e perseverantes, sempre nos apoiando. Com certeza aprendemos lições uns com os outros que levaremos para toda a vida, principalmente aprendemos a ter fé na Vida, porque ela não dá garantias.

Agradeço também ao Elstor, uma pessoa muito especial que a vida me trouxe exatamente durante esse meu processo de finalização da graduação, que a meu ver é o mais desgastante, pelo menos para mim está sendo. Agradeço pela pessoa que ele é, e por ter contribuído durante esse tempo me oferecendo um espaço mais adequado onde eu pudesse produzir este material.

E finalmente, agradeço ao meu orientador Perci, que sempre tentou me fazer enxergar a real importância dessa etapa no meu processo de formação.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 – A importância do valor-trabalho para entender os limites do Estado capitalista	15
1.1 – Principais aspectos históricos e estruturais que levam à desvalorização da força de trabalho no capitalismo.....	18
Capítulo 2 – O papel do Estado Capitalista via políticas públicas: o desemprego em questão.....	26
2.1 - Transformações no mundo do trabalho: do fordismo ao padrão flexível e suas implicações sociais.....	32
Capítulo 3 - Os limites estruturais das políticas de emprego e renda. O impacto da crise sobre a força de trabalho juvenil	41
3.1 – Uma abordagem sobre a questão social do desemprego juvenil e as contradições do Estado capitalista	43
Considerações Finais.....	62
Referências:	64

Introdução

O mundo do trabalho brasileiro está inserido no modo de produção capitalista, no entanto seu lugar é de subordinação aos países centrais, o que afeta consideravelmente os processos de trabalho que vem se agravando com os efeitos da crise que parece persistir desde o início dos anos de 1970 e desde então vem acometendo mais severamente países da América Latina a partir dos anos de 1990 com a priorização de políticas macroeconômicas interessadas em garantir o *superávit primário* desses países emergentes. Devido a isso, o foco da pesquisa foi voltado à possibilidade de se derivar de uma análise da literatura social crítica corrente uma identificação dos limites do Estado capitalista brasileiro diante do enfrentamento do desemprego da população de jovens.

Sendo que a hipótese parte de uma primeira aproximação baseada na literatura social crítica marxista e maxiana, na qual se aborda a teoria do valor-trabalho na contemporaneidade para verificar a possibilidade desse conjunto de debate teórico do ponto de vista da implementação das políticas sociais públicas de acesso ao mercado de trabalho para jovens comprovar a incapacidade dessas políticas em atender a demanda real dos jovens desempregados. O objetivo geral foi contribuir com a discussão a respeito das contradições produzidas no mundo do trabalho decorrentes do modo de produção capitalista em relação ao fenômeno do desemprego estrutural e como esse cenário se apresenta para a população de jovens brasileiros. Já os objetivos específicos foram para destacar de forma aproximativa da literatura social crítica (clássico-contemporânea) estudos sobre a centralidade do trabalho; discutir o papel do Estado em relação a situação de desemprego e a desvalorização da força de trabalho; discutir a ofensiva neoliberal na política de geração de emprego e renda para os jovens num contexto permanente de crise; e finalmente chamar a atenção dos profissionais que atuam com políticas públicas

O Brasil aparece inserido num contexto de globalização ainda como país periférico, esse novo cenário mundial traz significativas repercussões na vida da classe trabalhadora devido ao nível de complexidade que se desenvolve nas relações produzidas no mundo do trabalho que vem passando por diversas transformações. Essas mudanças podem ser percebidas no cotidiano da classe trabalhadora que vem sofrendo com os altos índices de desemprego, informalidade e a perda de direitos trabalhistas que levam à precarização das condições e da força de trabalho.

A conjuntura de crise econômica, social e política na contemporaneidade tem se mostrado preocupante, ainda mais para a parte da população que ainda está em busca da

primeira oportunidade de emprego. A atual fase do capitalismo pode ser considerada como a mais contrastante da sua história, pois vem intensificando todas as desigualdades sociais e promovendo a desvalorização da força de trabalho. As exigências de qualificação são cada vez maiores e separam os trabalhadores entre aqueles que conseguiram se qualificar e aqueles não qualificados ou menos qualificados, logo as competições por uma vaga de emprego tendem a aumentar.

Os sentidos do trabalho vão sendo perdidos juntamente com a esperança de muitos jovens que esperam por mudanças apoiados nas promessas do Estado com a oferta de cursos de qualificação e políticas sociais públicas de geração de emprego e renda. De acordo com fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de jovens entre 18 e 24 anos compreendida no período de 2012 até o ano de 2016 fora do mercado de trabalho aumentou de 16,4% para 25,7%; enquanto que a população de modo geral, que se encontra fora dessa faixa etária, nesse mesmo período, apresentou um aumento de 7,9% para 11,8% do total de desempregados.

Como alternativa ou resposta, o Estado utiliza-se das políticas sociais, embora se saiba que as mesmas são em essência contraditórias, atendendo interesses que contribuem para a manutenção do capital e concomitantemente esforça-se para amenizar expressões da questão social. Problemas gerados pelo desemprego e que afetam cada vez mais os jovens vêm aumentando as dificuldades quanto ao acesso do primeiro emprego, as exigências que dizem respeito à mão-de-obra flexível e especializada e um trabalhador polivalente, capaz de exercer várias atividades distintas, são essas as características predominantes que se apresentam como barreiras e exclusão de trabalhadores em busca de uma ocupação.

Os jovens brasileiros, principalmente aqueles pertencentes às famílias em situação de vulnerabilidade econômica são os mais castigados, pois se deparam com uma realidade precária, pois precisam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias. Por isso, o Estado ainda que minimizado não pode negar essa realidade, dispondo assim, de políticas que irão responder às exigências de qualificação da mão-de-obra, com investimentos em educação profissionalizante e programas voltados para a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho.

Diante desses dados fica nítida a importância dessa realidade ser melhor discutida, bem como suas possíveis consequências para o futuro da sociedade de modo que esses estudos posteriormente possam colaborar para a elaboração de estratégias, via políticas

públicas, quanto ao enfrentamento desse problema estrutural do desemprego, visando o benefício de toda a sociedade.

É de extrema importância verificar quais as consequências que estão sendo geradas sobre a população jovem de modo geral, tanto ricos como pobres. Ambos não encontram valores capazes de trazer um significado para a própria existência, pois ao que parece estamos em uma grande maioria limitados a trabalhar para sobreviver, no caso dos pobres. Quando a vida é ou passa a ser direcionada apenas para garantir a sobrevivência todas as capacidades que alguém poderia desenvolver estando em condições adequadas são atrofiadas e perdidas, todas as possibilidades de ser são negadas e definidas pela limitação imposta àqueles que não possuem poder de compra que atenda aos direitos sociais em sua abrangência. Mas os jovens ricos também são impactados pelo individualismo amplamente difundido pelo capitalismo contemporâneo.

Muito tem se falado a respeito do aumento da criminalidade entre os jovens, aumento de usuários de drogas e até mesmo de casos de suicídio como resultado de indicadores sociais que revelam a face cruel da nossa realidade que é apresentada desde muito cedo aos jovens brasileiros, uma realidade sem muitas expectativas, onde muitos acabam se perdendo pelo caminho.

O trabalho a seguir está dividido em três capítulos e segue o método marxista de abordagem da realidade, ou seja, considera a historicidade e a dinâmica mutável das sociedades em geral, lembrando assim do impacto do passado sobre as atuais situações e lembra a transitoriedade de cada modelo de produção objetivando trazer melhor compreensão sobre a sociedade burguesa. De acordo com Netto (2011), as crises da sociedade burguesa se devem ao modo de produção capitalista e por isso Marx se apoiou no método que avalia os aspectos históricos reais fundantes da sociedade para chegar a uma resposta satisfatória da real situação concreta apresentada.

Tal método também difere do positivista que analisa sob a perspectiva de causa e efeito, para Marx a construção ou elaboração de uma teoria parte da perspectiva que o sujeito possui de certa realidade objetiva ou concreta e que ainda que se exclua a neutralidade não se exclui a objetividade da teoria, pois se trata de uma análise integral e dinâmica do objeto, no caso, a sociedade moderna burguesa em constante movimento.

A historicidade deixa de ser algo determinado para ser vista como um conjunto de processos que visam produzir um conhecimento crítico sobre a origem das instituições sociais bem como as relações sociais de uma geração até a próxima e assim sucessivamente até o e seu desenvolvimento em todos os níveis e não apenas

superficialmente. Tal análise é resultado da capacidade intelectual de abstração do objeto concreto estudado em sua totalidade, ou seja, a “síntese de muitas determinações” até que se chegue às categorias de análise: universalidade, singularidade e particularidade. Todas relacionadas entre si histórica e transitoriamente.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Demo (1995), irá ressaltar a dialética como o método mais adequado para analisar a realidade social, pois diferente da realidade natural que é destituída do fenômeno histórico subjetivo; a realidade social pressupõe condições objetivas e subjetivas que podem ser identificadas na realidade social concreta, porém histórica e mutável. Seguindo os procedimentos teórico-metodológicos de Marx, o estudo do objeto deve se ater em três categorias de análise: a totalidade, a contradição e a mediação. A totalidade seria a própria sociedade burguesa, dinâmica e complexa com caráter contraditório, pois gera riqueza e pobreza e que se estabelecem por um sistema de mediações (internas e externas), que promove as articulações de forma indireta entre o conjunto de totalidades de forma complexa.

A pesquisa toda se deu a partir da análise realizada pelo trabalho já realizado por diversos autores/as sobre o mundo do trabalho com ênfase no desemprego e como essa (des) estruturação (política do próprio modo como o trabalho se estruturou gerando trabalhadores empregados e desempregados – riqueza/pobreza) afeta o acesso de muitos jovens ao primeiro emprego.

Tais pesquisas se deram por meio de leitura de artigos, textos e revistas e materiais sobre o assunto disponibilizado de forma impressa ou informatizada. Os principais autores utilizados para entender como ocorre a desvalorização da força de trabalho se deram a partir dos conhecimentos obtidos pela teoria do valor trabalho da qual Marx (2013) foi um importante colaborador da mesma. Outros autores marxistas e marxianos como: Iamamoto (2007), ao tratar do pensamento fetichista e a mundialização do capital, bem como sobre a questão social reconhecida de forma consciente. Outro importante autor foi Antunes (2011), pois fala sobre a subordinação do valor de uso sobre o valor de troca e como isso repercute sobre a classe trabalhadora; vida cotidiana, crise, reestruturação produtiva e padrão de acumulação flexível, entre outros. Behring (2009) destaca as principais características da fase atual do capitalismo a qual ela denomina de capitalismo tardio. Já Behring; Boschetti (2008) destacam a ofensiva neoliberal ou contrarreformas. Os demais autores são de revistas e periódicos do Serviço social que trouxeram novos elementos: informalidade, incentivo ao empreendedorismo, terceiro setor e economia solidária e aspectos gerais sobre a juventude em relação ao desemprego.

Assim, o primeiro capítulo trará informações baseadas na literatura social clássica e contemporânea para explicar a importância do valor-trabalho e como na contemporaneidade esse valor vem sofrendo perdas devido a um processo de inversão de valores, onde as mercadorias produzidas acabam assumindo mais importância e conseqüentemente produz um aumento constante do exército industrial de reserva.

O segundo capítulo tratará da participação do Estado diante do enfrentamento da questão social a partir das políticas sociais públicas num contexto de crise persistente cujos recursos públicos de tais ações vêm sofrendo cortes devido às medidas de cunho neoliberal predominantes. Já o terceiro e último capítulo foi abordada a centralidade do trabalho e sua importância para o público juvenil, também revela as contradições e o fracasso do Estado em relação ao enfrentamento do desemprego a partir dos programas direcionados aos jovens, além de mostrar o cenário atual de desemprego estrutural tendo via da informalidade apontada como saída.

Os estudos realizados sobre a categoria trabalho têm relação direta com o Serviço Social brasileiro, pois se trata de uma profissão que assumiu compromisso histórico com a luta da classe trabalhadora por uma sociedade mais justa para todos e direcionada ao desenvolvimento pleno do ser com dignidade e emancipação, principalmente a partir do seu contato com a teoria marxista que trouxe base crítica aos profissionais e uma visão que supera a superficialidade apresentada pelo senso comum em relação ao enfrentamento da questão social e suas expressões, principalmente a partir da consolidação do código de ética de 1993. Além do mais, o assistente social também está inserido nas contradições do mundo do trabalho, pois também é um trabalhador assalariado inserido na divisão sociotécnica do trabalho, mas capacitado a fazer mediações entre capital e trabalho com auxílio do Estado, sendo que esse assume o papel de arena na disputa de interesses entre as classes.

Conforme o Código de Ética de 1993, a importância da categoria trabalho ultrapassa a simples relação proposta pelo capital que se dá pelo trabalho subordinado e assalariado. Os valores relacionados ao trabalho estão relacionados à própria constituição do ser social, capaz de promover o desenvolvimento pleno do homem por meio das relações sociais que são produzidas e envolvidas no processo de trabalho. Trata-se de uma categoria fundante diretamente relacionada com a liberdade e capaz de distinguir os humanos dos demais seres, devido à capacidade teleológica que significa executar uma ação com plena consciência dos resultados que podem ser produzidos.

As pesquisas realizadas a partir da literatura crítica marxista e marxiana visam trazer uma contribuição teórico-metodológica de caráter acadêmico sobre a própria natureza contraditória do mundo do trabalho e como ele vem sendo abordado por estudiosos do assunto em busca de pistas e sugestões que ajudem a promover a empregabilidade dos sujeitos que estão em condição de trabalhar a fim de devolver a dignidade para aqueles que não conseguem encontrar uma forma de vender a sua força de trabalho, seja no trabalho formal ou até mesmo no trabalho informal.

. Espera-se, assim, elaborar mediações das condições estruturantes que levaram ou levam os brasileiros a vivenciarem o desemprego em altos índices durante períodos sucessivos ao longo da sua história, como se isso fosse um aspecto imanente da própria sociedade naturalizado no decorrer do tempo a fim de provocar inquietações/questionamentos quanto ao modelo societário, que está sendo vivenciado de modo tão antagônico na contemporaneidade, sem respostas satisfatórias do Estado que possibilitem uma solução adequada que garanta uma cidadania plena aos trabalhadores, em especial no que se refere às políticas de geração de emprego e renda para os jovens.

Quanto ao interesse sobre o assunto trabalhado aqui relacionado à temática do desemprego se deu em primeiro momento no contato com a disciplina de Política Social oferecida na própria graduação do curso de Serviço Social, onde eram abordados temas relacionados à pobreza e ao desemprego e como tais sujeitos eram inseridos em políticas públicas elaboradas pelo próprio Estado para o enfrentamento dessas situações em que tais sujeitos estavam inseridos. Trata-se de uma real preocupação com o futuro dos jovens. Ainda durante a graduação outras disciplinas direcionadas ao mundo trabalho tiveram importante peso na escolha de trabalhar com algo relacionado ao que foi estudado, como por exemplo, a disciplina de Trabalho e Sociabilidade que promove muitas reflexões a respeito da categoria trabalho como categoria fundante na sociedade e suas implicações na vida dos trabalhadores que estão dentro e fora do mercado de trabalho.

As outras disciplinas relacionadas foram Processos de Trabalho e Serviço Social 1 e a disciplina de Fundamentos Éticos e Ética Profissional, sendo que na primeira foram trabalhados textos de autores e autoras do serviço social onde eram abordados temas como a fetichização, alienação e flexibilização do trabalho; já na segunda disciplina, foram mencionados temas como o trabalho livre e o ser humano genérico dotado de consciência, bem como a importância do trabalho para o desenvolvimento social e integral do ser humano, a capacidade de transformação de si mesmo e do outro e da própria natureza para atender as suas próprias necessidades e do coletivo.

Capítulo 1 –

A importância do valor-trabalho para entender os limites do Estado capitalista

No modo de produção capitalista a força de trabalho é transformada em mercadoria no sentido de ser capaz de atender determinada necessidade e ao mesmo tempo deve produzir valor, ou seja, ter valor de uso para poder servir ao consumo na sua forma trabalho. Deve atender aos interesses do capital agregando valor ao que passa a ser produzido pela força de trabalho ou capacidade de trabalho, que significa a utilização das capacidades físicas e intelectuais necessárias para desenvolver e produzir mercadorias na forma de bens e serviços.

Em tal relação, entre o possuidor de dinheiro e o detentor da força de trabalho se estabelece a venda e a compra da mesma no mercado, sendo que o trabalhador ao vender sua força de trabalho acaba se convertendo em mercadoria, pois não se pode desatrelar o trabalhador da sua própria força de trabalho. Devido a tal fator, é aconselhável ao trabalhador a venda de sua força de trabalho apenas por determinado período para certo comprador a fim de que não seja convertido também em mercadoria e perca seu direito de propriedade sobre a única coisa que ainda lhe garantia a condição de homem livre.

Ainda nessa relação de compra e venda da força de trabalho, é importante destacar que para que de fato isso ocorra, é necessário que os detentores de tal mercadoria estejam dispostos e de fato necessitando fazer da sua força de trabalho uma mercadoria ao invés de terem a opção de poderem vender aquilo que é produzido por eles mesmos ou simplesmente serem vendedores de outras mercadorias que não a sua própria força de trabalho. Todavia a grande maioria da população pertence ao grupo daqueles que dispõem apenas da sua força de trabalho para venderem aos possuidores de dinheiro, que também é uma outra forma de mercadoria.

Os trabalhadores precisam do dinheiro adquirido pela venda da sua força de trabalho para garantirem os meios que irão satisfazer e atender as suas necessidades básicas de sobrevivência até as mais complexas como as relacionadas ao bem-estar social. Esse é o meio pelo qual o possuidor, do dinheiro, detentor dos meios de produção e de subsistência, o transformam em capital.

Conforme nos alerta o método crítico materialista histórico-dialético de Karl Marx de analisar a realidade social se aprofundando nos fatos históricos reais até se aproximar de fato na realidade apresentada, Marx irá revelar em sua obra que a divisão da sociedade

entre possuidores dos meios de produção e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho foram resultado de um processo histórico, antinatural e diferente de outras relações e produções sociais anteriores. Foi somente no modo de produção capitalista que se tornou possível mercantilizar quase todos os produtos que existem. Neste sentido, Marx afirma em “o Capital” que:

“... Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social”. (p.314-315)

Considerarmos o valor de uso e valor de troca das mercadorias, e isso inclui o dinheiro, podemos perceber a diferença que aparece quando o dinheiro se torna capital. Ele não se relaciona com o mesmo processo de circulação dos itens anteriores, seu papel se apresenta de modo distinto dentro das relações sociais historicamente constituídas ao longo do tempo, pois como foi dito anteriormente a força de trabalho quando se apresenta como única mercadoria disponível do seu detentor é capaz de satisfazer as necessidades do capitalista ao agregar valor de uso às demais mercadorias produzidas pelas capacidades físicas e intelectuais desprendidas no ato da sua produção.

Como qualquer mercadoria, a força de trabalho é revestida de valor. Valor esse, que será calculado considerando a quantidade de tempo de trabalho necessária para sua produção e reprodução, pois trabalhador e força de trabalho estão associados, logo o valor gasto para a manutenção do trabalhador é o valor da sua força de trabalho utilizada em determinado período de tempo. Aqui o trabalhador aparece como sendo pago pela sua força de trabalho apenas com a finalidade de se manter trabalhando e produzindo. Em geral têm as suas necessidades básicas atendidas (quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador), sendo essas determinadas pelo contexto sócio-histórico e até moral de cada país considerando as particularidades relacionadas ao clima e costumes culturais.

O problema da mercantilização da força de trabalho é que nem sempre ela será comprada, nesse caso, ela não possui nenhum valor para o trabalhador, se não é comprada não pode produzir mercadoria e nem mais-valor para atender aos interesses do capital. Nessa relação individualista e alienada entre capitalista e possuidor de força de trabalho, ambos estão interessados apenas em satisfazer os próprios interesses, consideram apenas a lei do mercado em que prevalece a circulação livre das mercadorias, dinheiro e força de

trabalho. No entanto, o trabalhador quando não tem sua força de trabalho comercializada fica à mercê do capitalista que ao contrário do trabalhador é detentor dos meios de produção e de subsistência.

O processo de trabalho pode ser entendido como a transformação da natureza externa pelo homem com o propósito de atender suas necessidades, sendo que, nesse processo, ao modificar a natureza ele também se modifica, promovendo assim o seu desenvolvimento como ser social dotado de potencialidades. Considerando que tal característica singular da espécie humana a distingue dos outros animais devido à sua capacidade de idealizar com antecedência aquilo que pretende produzir ou materializar posteriormente. Desse modo, Marx em “O Capital” mostra o seguinte:

“A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada”. (p.326)

Desse modo, a própria capacidade de planejamento e organização passa previamente por processos elaborados de esquematização até chegar à execução das etapas necessárias, bem como a seleção de quais materiais serão utilizados, a quantidade de esforço físico e mental necessários durante determinada quantidade de tempo que será despendido para determinado fim. Todos esses fatores são considerados no processo produtivo. O processo de trabalho para que seja compreendido como tal, exige que exista um determinado fim a ser alcançado pela execução das atividades propostas. Presume-se um objeto já idealizado anterior à sua concretização e os meios necessários, sejam em forma de força física ou capacidade intelectual, além do uso de matéria-prima e insumos.

De acordo com os meios utilizados pelo homem para aprimorar o uso da sua força de trabalho na execução de suas atividades é possível ter a noção do desenvolvimento de dada sociedade em determinado período, lembrando que os meios de produção já estão disponíveis pela própria natureza cabendo ao homem apenas modificá-lo de acordo com as suas necessidades, sendo que essas também estão em permanente processo de mudança, pois as necessidades de cada povo variam conforme ocorre o desenvolvimento intelectual do seu povo.

Nesse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista é possível perceber sob quais condições ele ocorre. Passando desde a relação de compra e venda da força de

trabalho pressupõe que as exigências do capitalista serão atendidas visando a forma mais adequada e eficiente de produzir com menos desperdício possível de matéria-prima, além da preocupação em conservar os meios de produção que são passíveis de deterioração por serem feitos de elementos naturais.

E por último, a peculiaridade do capitalismo, onde o trabalhador, responsável pela produção não é o seu detentor, mas sim o capitalista, responsável pela compra da sua força de trabalho incorporada em forma de mais-valor ao que produz como fruto do seu trabalho. Ao trabalhador fica a posição de consumidor do que ele mesmo produziu agregado do valor do seu trabalho vivo sobre a mercadoria comercializada, ambas, força de trabalho e mercadorias produzidas, são equivalentes a produtos comprados ou pertencentes ao capitalista.

1.1 – Principais aspectos históricos e estruturais que levam à desvalorização da força de trabalho no capitalismo

Com a revolução do meio de trabalho que se deu pelo desenvolvimento maquinário nas indústrias, a força física já não era mais tão prescindível para a execução das tarefas, desse modo, mulheres e crianças antes considerados inaptos para o trabalho agora passam a fazer parte dos trabalhadores assalariados, ainda que o desenvolvimento das máquinas tenha se tornado também um meio de substituição do trabalho e do trabalhador.

Nesse período, isso significou a inserção de todos os membros da família no trabalho fabril de modo que todos foram submetidos aos interesses do capital. Tal fator representou a ampliação do grau de exploração sobre os trabalhadores. Isso significa ganho de mais força de trabalho e mais – trabalho, que é o trabalho excedido em favor do capital ou trabalho necessário. É possível também destacar as artimanhas promovidas em favor do capital com o apoio do próprio Estado visando o crescimento econômico acima do desenvolvimento social quando o direito a uma educação de qualidade não é oferecido e cria-se uma realidade onde crianças e adolescentes precisam optar por trabalhar e desistir de frequentar a escola.

Outro efeito imediato da produção mecanizada sobre o trabalhador aparece sob a forma de prolongamento da jornada de trabalho, pois, ainda que o esforço físico seja consideravelmente reduzido e a produção otimizada, a jornada de trabalho não é reduzida, mas prolongada. Nesse contexto a força de trabalho e as mercadorias perdem valor, embora a maquinaria permaneça produzindo valor- relativo, ou seja, o trabalhador deve ser

capaz de aumentar a produtividade por meio do aumento da força produtiva do trabalho na mesma quantidade de tempo.

“Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto.” (Marx, 2013, p. 589)

Já a intensificação do trabalho ocasionada em detrimento do prolongamento da jornada de trabalho decorrente do desenvolvimento do maquinário e orientada na perspectiva do capital juntamente com o aprimoramento da própria classe trabalhadora levou a um estilo de vida mais acelerado que acaba sendo refletido na própria maneira de trabalhar. Mesmo com a redução da jornada de trabalho em certos casos, o esforço demandado é intensificado para garantir a mesma produtividade. Nesse caso, enquanto a produção de mercadorias produzidas aumenta, a mão de obra é proporcionalmente reduzida e seguindo na contramão o enriquecimento dos capitalistas/fabricantes.

No capitalismo a relação entre trabalhador assalariado e detentor dos meios de produção pressupõe desvantagem do primeiro em relação ao segundo, por isso mesmo trata-se de uma relação marcada por contradições e conflitos que irá se repercutir na introdução da maquinaria, assim o meio de trabalho passa a ser determinado pelo capital. Muitas revoltas dos trabalhadores que perderam os postos de trabalho com a introdução da maquinaria marcaram a Europa a partir do século XVII, com a destruição em massa de máquinas.

Apenas posteriormente, os trabalhadores compreenderam que a revolta não deveria ser dirigida contra as máquinas, que são os meios materiais de produção submetidos aos interesses do capital assim como os próprios detentores da mão de obra. Conforme vamos aprofundando pelo olhar crítico da literatura social marxista na dinâmica do sistema de produção capitalista pelo qual se baseia a partir da perspectiva da classe trabalhadora; o que se revela é um processo desestruturante da base que foi constituída pela relação entre detentores do dinheiro e detentores da força de trabalho. Para Marx:

“A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período manufatureiro. Mas é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital. Ele se revolta contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo de produção capitalista”. (p.609-610)

A introdução das máquinas pela perspectiva do capital significa a detenção do meio de produção pelo capitalista que substitui a mão de obra e reduz consideravelmente o número de trabalhadores ocupados, fazendo com que o exército industrial de reserva aumente, dando a errada impressão de que a máquina concorre com o trabalhador. Contribuindo assim, com o desfavorecimento da condição dos trabalhadores que tem sua única forma de garantir a sobrevivência inviabilizada, sem valor de uso e sem valor de troca. Forma - se assim, um contingente da população considerada supérflua para o capital, que passam a predispor de uma mercadoria invendável.

Com isso, o agravamento da questão social aparece com a elevada taxa de trabalhadores pauperizados vivendo com a expectativa de que seu sofrimento seja temporário e o processo de substituição seja gradual nos setores da produção. No entanto, a história mostra que ele pode ocorrer de forma rápida, mais em ambos os casos os efeitos são devastadores pela perspectiva social, onde trabalhadores são descartados e lançados a uma vida de miséria e privações até o último suspiro, enquanto o efeito da maquinaria permanece abrindo caminho e ampliando horizontes nas mais diversificadas áreas de produção.

Historicamente falando, o processo de substituição da força de trabalho pelo aperfeiçoamento das máquinas nos diversos setores produtivos pode ser exemplificado pela substituição do trabalho manufatureiro e artesanal que foi perdendo espaço no decorrer do tempo. Enquanto isso, processo semelhante ocorre no interior das indústrias, mas nesse caso, a própria maquinaria se supera em aperfeiçoamento dependendo cada vez menos do aparelho humano para executar as suas funções. Nesse caso, a necessidade por trabalhadores qualificados aparece, eliminando grande parte de trabalhadores adultos e desqualificados. Enquanto isso, os interesses do capital estão sendo atendidos, pois a lucratividade é certa.

A população trabalhadora vem aumentando enquanto a oferta de trabalho vai sendo reduzida, ficando a população refém das flutuações constantes do próprio sistema capitalista, ora com melhores ofertas, ora com escassez de ofertas de postos de trabalho, mas mantendo sempre um número expressivo de trabalhadores desocupados, pois o capital desconsidera os problemas sociais gerados pelo desemprego e conseqüentemente a pauperização que aparece como conseqüência da desigualdade produzida pela acumulação da riqueza concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, a classe burguesa.

O problema do desemprego e da pauperização só passa a ser considerado um problema real pelo capital quando de fato passa a afetar a economia de forma generalizada e passa a questionar os valores individualistas moldados pela lógica desse modo de produção. Considerando que, a classe trabalhadora não chega a usufruir da mesma riqueza que é responsável por produzir.

De acordo com a lógica capitalista, os trabalhadores são considerados como um produto no processo de geração e acumulação de riqueza e como tal cumprem um papel significativo dentro desse sistema, ainda que essa superpopulação relativa de trabalhadores seja considerada excedente, permanece à disposição para atender os interesses voltados para a acumulação de riqueza, ainda que essa população de trabalhadores seja colocada na condição de desempregados e semiempregados aguardando uma oportunidade de se re/inserirem no mercado de trabalho.

Essa dinâmica, onde há momentos de expansão alternado com momentos de contração, torna-se cíclica, no sentido de apresentar uma constante repetição periódica, ou seja, esses trabalhadores ficam a mercê dos caprichos da própria dinâmica contraditória do capitalismo. Nos momentos de expansão, a riqueza acumulada garante a prosperidade dos detentores dos meios de produção durante as crises ou fases de contração. Existe uma lógica no modo de produção capitalista onde o contingente de trabalhadores desocupados deve existir, enquanto os outros trabalhadores inseridos no mercado têm a sua mão de obra superexplorada a fim de garantir maior lucratividade e enriquecimento do capitalista individual enquanto o exército industrial de reserva se multiplica.

A própria economia é baseada na relação de produção de riqueza e aumento dos salários, o que leva ao aumento da própria população, já a redução dos salários significa o declínio populacional da classe trabalhadora, mas contribui com a retomada do crescimento na economia refletindo na relação de oferta e demanda do trabalho e também no aumento ou redução dos salários, ou seja, com a redução da população efetivamente apta para o trabalho conseqüentemente são oferecidos melhores salários. Sendo assim, com as palavras de Marx:

“Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada. A superficialidade da economia política se mostra, entre outras coisas, no fato de ela converter a expansão e a contração do crédito, que é o mero sintoma dos períodos de mudança do ciclo industrial, em causa destes últimos. Tão logo iniciam esse movimento de expansão e contração alternadas, ocorre com a produção exatamente o mesmo que ocorre com os corpos celestes, os quais, uma vez lançados em determinado movimento, repetem-no sempre”. (p.860-861)

De acordo com a modernização dos meios de produção que se dá pela substituição da mão de obra dos trabalhadores por novas máquinas, o que se revela é um movimento contrário, onde o crescimento do capital significa a redução de postos de trabalho, pois enquanto o capital se moderniza, a demanda de trabalho é reduzida enquanto a classe trabalhadora tende a aumentar. Nem a demanda de trabalho tende a acompanhar o crescimento do capital e nem a oferta de trabalho acompanha o aumento populacional da classe trabalhadora. Portanto, Marx concluiu:

“A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação capitalista.” (p.864)

Seguindo a linha de pensamento marxista, lamamoto (2007) irá nos dizer que a forma pela qual a sociedade burguesa vem se desenvolvendo a partir do pensamento fetichista onde tudo se torna objeto ou mercadoria, mostra uma verdadeira história de autoalienação humana de natureza mercantil e vem afetando diretamente a classe trabalhadora de modo cada vez mais intenso e complexo. Sendo que em decorrência da mundialização financeira, fase responsável pela atual modalidade de centralização e concentração de capitais de forma acentuada, além de submeter a economia e os Estados nacionais aos seus interesses. Nesse contexto, as expressões da questão social se tornam banalizadas para o capital, assim como a própria classe trabalhadora que sofre os efeitos da crise de forma acentuada.

É importante entender as relações que decorrem da dinâmica contraditória do capital sobre a sociabilidade e sobre o mundo do trabalho na fase contemporânea do capital, designada por lamamoto (2007) como “mundialização do capital”, pois remete ao seu contexto globalizado e mais expansivo em que as contradições são mais acentuadas dentro da sociedade. São envolvidas não somente as contradições de classe, mas também contradições sociais e políticas, envolvendo toda a sociedade.

A reprodução das relações sociais fica refém da lógica capitalista que passa a submeter a vida cotidiana, a cultura, a ciência e até as relações familiares e sociais, todos os espaços se tornam coisificados no sentido de representar fonte de lucratividade. Mas como nada se trata de uma questão dada, mas sim fruto de um processo histórico cabe a cada um romper com essa autoalienação “imposta” a fim de desenvolver uma sociedade voltada para a dignidade da vida humana. Assim:

“... o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações. É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distancias e desigualdades entre países do centro e da periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital, subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. Potencia as mistificações – o mundo dos seus fetichismos -, tornando opacas as relações de exploração e subordinação política que mantém com os trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e sua desagregação” (IAMAMOTO, 2007, p.53).

Para Iamamoto (2007), o capital, “em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano”, essa característica compromete toda a esfera social incluindo o meio ambiente, precariza as relações trabalhistas, fragiliza as lutas de classe e comprometem o futuro das próximas gerações, juntamente com o aumento das disparidades de gênero, geração, etnias e regiões. Conforme ressalta a autora, a apreensão das mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social e suas múltiplas expressões se faz necessária para que sejam mais bem abordadas pelo assistente social que trabalha diretamente com sujeitos que estão submetidos a essa lógica de promoção da desigualdade de oportunidades de toda natureza.

Ainda para melhor apreensão da categoria trabalho e sociabilidade na sociedade capitalista sob a ótica marxista, alguns pontos são de extrema relevância: como a historicidade, a mercadoria/produto e a extração da mais-valia obtida pelo trabalho explorado não pago. Trata-se de uma sociedade mercantil cuja “distribuição do trabalho não é regulada diretamente pela sociedade, mas indiretamente pelo mercado através da troca de coisas”. A sociabilidade fica baseada pela produção de coisas e nada mais, esse é o *fetichismo da lógica mercantil que se dá pela personificação de coisas e a coisificação de pessoas*.

Conforme elucida Iamamoto (2007), o capital fetiche ou financeiro na contemporaneidade é produtor e reproduzidor das relações sociais, por isso ele permanece criando riquezas e desigualdades no sentido de (re)produzir de forma ampliada a questão social, ao passo que cria suas próprias condições de extinção. Sendo assim é possível destacar três modalidades que caracterizam o seu fetichismo, são elas: o capital-juros, dinheiro gerando valor sobre si mesmo; terra-renda, seu valor é irracional, pois para algo ter valor é necessário que tenha sido fruto do trabalho, seu valor é apenas de uso; e o trabalho-salário, pois o que se compra e vende é a força de trabalho e não o trabalho em si, pois esse se trata de uma característica imanente do próprio ser social.

Articulando com Antunes (2011), um sistema onde a ordem societal se inverte, isto é, o valor de uso das coisas fica totalmente subordinado ao seu valor de troca; trabalhador e mercadoria força de trabalho se confundem. Dependendo do momento a mão de obra pode ser valorizada ou completamente dispensada pelo capitalista. Também é importante destacar o núcleo que constitui o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social constituído, formado pelo tripé capital, trabalho e Estado por meio do qual se estabelecem as mediações de segunda ordem, ou seja, trabalho subordinado ao capital. Desse modo, funcionam inter-relacionadamente onde o trabalho só conquistaria sua emancipação superando ambos.

Além da tendência decrescente da taxa de lucro expressada pela crise do fordismo e do keynesianismo, também corroboraram para a atual crise, considerada estrutural pelo autor, a manifestação do próprio sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias em relação ao seu valor de troca em que as mercadorias possuem uma vida útil mais curta, quanto da incapacidade do próprio sistema garantir sua permanência devido às suas próprias falhas e motivações estruturais.

Na contemporaneidade, o emergente regime de acumulação flexível teria nascido em 1973 e suas implicações refletem na questão do desemprego crescente. E como foi dito anteriormente trazem repercussões que implicam na forma que se estabelecem a sociabilização entre os sujeitos, pois a subjetividade dos mesmos é influenciada pela realidade concreta marcada pelo decrescente valor de uso das mercadorias, o que sugere a descartabilidade/superficialidade nas relações estabelecidas entre sujeito e objeto dentro e fora do mercado.

O trabalho permanece dividido entre produtivo, que produz valor de troca e improdutivo, que possui apenas valor de uso, mas que é extremamente fundamental para a manutenção do sistema capitalista. Estão incluídos nesse perfil de trabalhadores improdutivos aqueles sujeitos encarregados de executar atividades no setor de serviços e que não criam diretamente valor, não produz diretamente mais-valia. Esse segmento de trabalhadores assalariados encontra-se em expansão no capitalismo, embora algumas parcelas deles já estejam em retração.

Antunes (2011) ainda segue apoiado na teoria Lukacsiana para falar sobre a importância da vida cotidiana que, aparece como um elemento chave capaz de proporcionar melhor compreensão a respeito das mutações em trânsito na esfera do trabalho e da reprodução social. É através da vida cotidiana que se torna possível verificar

os elementos contraditórios e complementares que faltam para a melhor compreensão da totalidade apresentada na realidade social, onde decisões são tomadas a todo instante de modo espontâneo em decorrência dessa interação proporcionada pela mediação entre o mundo da materialidade e a vida humana.

Pelo universo da vida cotidiana, a dinâmica entre a vida dentro e fora da esfera do trabalho é igualmente relevante para a constituição de todos os elementos que contribuem para a formação do ser humano emancipado, pois o tempo livre contribui com a capacidade de criação de elementos mais refinados, tais como aqueles ligados à ética, filosofia e arte, além de serem importantes para alimentar o espírito por meio de atividades recreativas e de lazer.

Através da vida cotidiana, o ser humano é estimulado a encontrar respostas criativas para os problemas sociais, a sua subjetividade pode atuar com autenticidade, orientando-se por valores emancipados e universais que dizem mais respeito à condição de liberdade que o homem perdeu com a modalidade produtiva direcionada pela exploração do homem por seu semelhante.

Conforme Antunes (2000: 179-183) nos orienta a respeito das possibilidades e distinções que marcam o atual modelo de produção, bem como as reais possibilidades de transformação inerente ao próprio sentido original do trabalho. No capitalismo, o que ocorre jamais teve precedentes históricos, pois se trata de um modelo produtivo que subordina as necessidades de caráter humano-societal em prol da sua própria reprodução e autovalorização, configurando-se assim num sistema de controle onde o valor de uso aparece totalmente subordinado ao valor de troca. A apresenta-se essa análise a partir do capítulo a seguir.

Capítulo 2 –

O papel do Estado Capitalista via políticas públicas: o desemprego em questão

Conforme aponta Behring (2009), a literatura crítica marxiana é fundamental para compreender o capitalismo em sua totalidade como um sistema em transição, capaz de ser superado. Além disso, tal literatura dispõe de maior embasamento para a elaboração de políticas sociais públicas. Para tanto, a autora articula com os principais elementos da análise mandeliana para melhor expressar o conhecimento a respeito do processo histórico e desdobramentos do modo de produção capitalista, especialmente no que tange às suas consequências a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Ao se analisar a totalidade do modo de produção capitalista e a realidade concreta de determinado período deve ser levado em consideração as particularidades de cada momento histórico a fim de melhor compreender as diferentes realidades nele produzidas. Ainda seguindo a linha de raciocínio mandeliana em relação ao modo de produção capitalista é que ele não pressupõe o equilíbrio no mercado, sua natureza é marcada por rupturas de equilíbrio. Segundo Mandel apud Behring,

“A combinação de todas essas tendências desiguais [...] vai permitir-nos explicar a história do modo de produção capitalista, e sobretudo a terceira fase desse modo de produção, que denominaremos ‘capitalismo tardio’, mediante as leis de movimento do próprio capital, sem recorrer a fatores exógenos, alheios ao âmago da análise de Marx do capital. Assim, a ‘vida da matéria’ deveria despontar pela ação recíproca e todas as leis de desenvolvimento do capital. Em outras palavras, é a totalidade dessas leis que fornece a mediação entre as aparências superficiais e a essência do capital, e entre os ‘muitos capitais’ e o capital em geral” (1982:27-8).

Como se sabe o foco principal do capital em todas as suas fases é a obtenção de superlucros, sendo que sua dinâmica apesar de dominante não é homogênea, isto é, nos países atrasados a mão de obra é desvalorizada em relação aos países centrais. Períodos ou ciclos de expansão e depressão também são inerentes a esse modo de produção, tais períodos podem ser definidos conforme a realização da mais-valia derivada do processo de produção. Desde então, o incremento tecnológico tem servido para manter a superação das sucessivas crises na atualidade.

Até chegar a atual fase do capitalismo tardio considerando os períodos de expansão e retração, temos a fase do capitalismo marcado pelo modelo *laissez-faire* no qual predominava a lógica de desenvolvimento do mercado sem interferência do Estado; passando pelo imperialismo clássico onde os países centrais começaram a explorar os países periféricos. A fase atual pode ser entendida como uma nova forma de colonização,

dessa vez marcada pela intensificação das contradições cujas desigualdades se acentuam marcando uma nova divisão internacional do trabalho.

Mas no capitalismo, o incremento tecnológico ou mesmo as revoluções tecnológicas não representam desenvolvimento na mesma proporção que se espera na esfera social e econômica da classe trabalhadora que sofre com o aumento do desemprego e suas consequências, como o aumento do exército industrial de reserva e a precarização do trabalho com o incremento da mais-valia relativa extraída do trabalho morto realizado pelas máquinas.

Segundo Behring (2009) o elemento essencial para a compreensão da concepção mandeliana do capitalismo tardio é a chamada “*terceira revolução tecnológica*”. Sendo que suas contradições econômicas predominantes estão relacionadas com a *superprodução latente de meios de produção*, direcionada à diminuição dos custos salariais diretos. O resultado é a intensificação de todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Atualmente a superprodução tem sido evitada e melhor planejada com o objetivo de reduzir desperdício e produzir apenas o suficiente. Sendo assim, é cada vez mais lucrativo investir na manipulação do consumo. Outra característica dessa fase atual do capitalismo é a mercantilização da educação superior devido a uma maior valorização do trabalho intelectual, embora o mesmo também seja alvo de incertezas devido a estar também sujeito às contradições do sistema. E mais uma vez as capacidades humanas de desenvolvimento e criação ficam atreladas aos interesses capitalistas, restringindo os significados libertadores do trabalho para o ser social. “... A contradição entre a ampliação da riqueza social e das possibilidades humanas, e o trabalho alienado, empobrecido, parcializado torna-se mais e mais evidente” (BEHRING, p.128).

Dentre os demais elementos centrais na reflexão mandeliana que constituem a fase do capitalismo tardio, podemos citar: a superposição entre automação total e parcial visando superlucros ou rendas tecnológicas trata-se de um constante aperfeiçoamento dos meios de produção ou capital fixo; programações econômica e social que visam o controle dos custos salariais; o complexo-industrial militar diretamente relacionado com as inovações tecnológicas de modo permanente cujo financiamento é feito pelo Estado; a predominância da empresa transnacional com alta competitividade de produtos e exportação de capitais; a forte expansão do setor de serviços; a inflação permanente e finalmente o movimento dos trabalhadores rurais para as cidades modificando toda estrutura social do trabalho, de uma

economia baseada na agricultura passa para uma forma industrializada, inclusive da própria agricultura.

Vale destacar a relação da inflação permanente permitida pelo Estado e o agravamento da crise atual, que segundo teorias mandelianas mesmo com a contenção da mesma não seria o suficiente para amenizar seus efeitos, pois ainda haveria o problema do crescente desemprego afetando desse modo a proposta de produção para consumo. Acrescentando a esse cenário um outro elemento, a supercapitalização responsável por alterações significativas no trabalho pela substituição do trabalho vivo por máquinas e maior investimento na inovação de mercadorias. Além de afetar a classe trabalhadora que passa a ter seu poder de consumo reduzido devido ao “arrocho salarial”, causando privações quanto ao lazer e a cultura.

A respeito da natureza do Estado dentro do contexto capitalista, seguindo na mesma linha de pensamento de Mandel, pode-se entendê-lo como resultado das necessidades do próprio modo de produção dividido entre as classes para que tais relações no mundo do trabalho sejam mediadas pela coerção ou por medidas integradoras a medida que vão se complexificando. Desse modo, o Estado passa a ter um papel fundamental na administração das crises, sendo a ‘política social’ uma dessas importantes medidas, embora reflitam interesses de um Estado dominado pela burguesia. Em relação ao problema do desemprego, Behring (2009, p.144), afirma:

“Quanto à amplitude da recessão, observa-se um descompasso entre a queda da produção industrial e o crescimento do desemprego. O desemprego será muito mais pronunciado que a redução da produção, o que se explica tanto pela larga introdução de técnicas capital-intensivas, como consequência da revolução tecnológica permanente no capitalismo tardio, quanto por intermédio da expulsão maciça do trabalho não-qualificado (mulheres casadas, jovens e imigrantes)”.

No pensamento mandeliano no que diz respeito à crise de 1974-75, ela pode ser entendida em sua forma clássica de superprodução. Além disso são considerados seus elementos históricos e o envolvimento de diferentes particularidades específicas, atingindo mais intensamente os países emergentes, muitos deles afetados pelo crescente endividamento externo e pauperização da população. As causas fundamentais das crises seguem sem serem eliminadas, incluindo nesse contexto a crise de superacumulação. “A burguesia explica a crise pela escassez e não pela superprodução”. (BEHRING, 2009, p.160)

Behring (2009, 156:161) ainda destaca em relação ao contexto de crise “A falência generalizada de pequenas e médias empresas, o desemprego estrutural, a remilitarização (como mercado de substituição) são indicadores de um quadro complexo e sombrio no

contexto da depressão prolongada”. Ainda segue dizendo sobre novos agravamentos sociais, em relação ao seguro-doença e aposentadorias na atual sobrevida do capital.

Conforme Behring (2009), em relação à política social no capitalismo tardio de acordo com a perspectiva mandeliana, é preciso levar em consideração os aspectos fundantes da teoria marxista, como a “teoria do valor-trabalho, o materialismo histórico e dialético e a perspectiva da revolução” para que melhor apreensão seja feita em relação a atual conjuntura persistente de crise, além de levar em consideração os ciclos longos de aceleração e desaceleração da acumulação de capital.

As políticas sociais vão entrar em cena, principalmente a partir de 1914 a 1939 e seguem em expansão até final dos anos 60, períodos considerados como ciclos longos de desaceleração ou de depressão, sendo generalizadas desde o imperialismo clássico até o momento atual ou capitalismo tardio e considerando as particularidades de cada época conforme as demandas apresentadas. Tais políticas sociais têm como gestor principal o próprio Estado que as utiliza como medidas para amenizarem os efeitos das crises sofridos pela classe trabalhadora, devido a isso, a política social tem caráter de legitimação e controle dos trabalhadores.

Diante de tentativas do Estado para enfrentar as crises programas de seguridade social foram criados, mas não tem sido suficientes para conter os efeitos dos longos ciclos de recessão. Inclusive o desemprego estrutural promete demandar programas sociais de caráter permanente elevando assim a pressão em relação ao financiamento dessas políticas sociais públicas. Ao que tudo parece, o caráter contraditório essencial do capitalismo inviabiliza melhores condições de vida a todos, além de restringir liberdades democráticas. Desse modo as políticas sociais são influenciadas política e economicamente e têm sido objeto de frustração para os profissionais que trabalham com elas, incluindo assistentes sociais devido ao seu baixo impacto na vida dos usuários.

“A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência.” Behring (2009, p. 180).

Segundo lamamoto (2009), é importante levar em consideração a noção do capital fetiche em Marx, de caráter alienante, para que se possa fazer uma análise mais apropriada da questão social na atualidade. O capital fetiche significa uma relação coisificada do dinheiro consigo mesmo e assim a mão de obra da classe trabalhadora perde espaço tendendo à desvalorização nesse processo. Tais implicações decorrem no período atual de

expansão monopolista e processo de financeirização, implicando na formulação e implementação das políticas públicas.

Para os países emergentes como o Brasil, esse fetichismo do capital pode ser verificado na dívida pública, por exemplo, pois o capital de dívida pública assume um caráter fictício o que o torna impagável à medida que vai sendo agregando mais juros. O que se revela é uma relação de subordinação do capital sobre os interesses sociais ou mesmo em relação ao trato da questão social. Consequentemente há o aprofundamento de todas as desigualdades devido à banalização das consequências negativas do capitalismo das quais a classe trabalhadora está sujeita. “O aumento da dívida pública combina com a desigual distribuição de renda e a menor tributação das altas rendas, por razões de ordem política, fazendo com que a maior carga tributária recaia sobre os trabalhadores” (Iamamoto, 2009).

Para Iamamoto (2009), antigas práticas como o “coronelismo” ainda predominam na tradição cultural e política brasileira, acarretando na predominância do interesse privado sobre o interesse público, tal fator repercute na qualidade das políticas sociais. Ainda atreladas tais práticas antigas com as mais recentes, como o liberalismo o que se nota é o distanciamento estatal cada vez maior com relação à classe trabalhadora.

Segundo Iamamoto (2009), o trato da questão social envolvendo o uso de política social para o seu enfrentamento pode ser verificado a partir de dois períodos ou Governos. No Governo Cardoso todas as medidas de cunho neoliberal acarretaram no agravamento das questões sociais e foram reafirmadas no Governo Lula seguindo na mesma linha de raciocínio em relação à política econômica neoliberal. Desse modo, o caráter privatista do Estado acaba transferindo o tratamento da questão social e suas expressões para o “terceiro setor”, privatizando a política social pública e retornando aspectos de filantropia e benemerência.

“O Estado premido pela necessidade de favorecer as finanças e garantir elevados níveis de *superávit primário* tem estreitado seu espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais públicas essenciais ao desenvolvimento, em favor de sua privatização. São instituídos critérios de seletividade para o atendimento aos direitos sociais universais, constitucionalmente garantidos, expressando um efetivo desmonte do legado de direitos conquistados nos últimos séculos” (IAMAMOTO, 2009, p.39).

Conforme Behring; Boschetti (2008), o que tem se apresentado no cenário brasileiro em relação à política social desde os anos de 1990, trata-se de uma verdadeira contrarreforma do Estado de cunho neoliberal em relação aos problemas sociais. Isso significa que desde o período citado acima estão ocorrendo reformas que priorizam a lógica mercantil de forma isolada, como se os problemas de ordem econômica e social pudessem

se resolver alterando as características do Estado. No entanto, essas reformas foram e estão sendo feitas com interesses da burguesia acima da classe trabalhadora. Logo, a contrarreforma do Estado remete às privatizações, à reforma da previdência social e a perda de conquistas trabalhistas, além de prejudicar toda a seguridade social que vem sofrendo cortes de orçamento na Saúde e na Assistência Social.

O verdadeiro sentido de reforma seria quando essas são realizadas em prol da sociedade, como bem lembram Behring; Boschetti (2008) devem ser consideradas as consequências sociais e sua direção sócio-histórica, considerando a relevância da produção de intelectuais marxistas que possibilitem uma visão crítica em relação aos problemas da classe trabalhadora que deixam claro a necessidade constante de se manterem firmes frente aos interesses do capital. Podem ser classificados como episódios de reforma o próprio *Welfare State* ou Estado de bem-estar social e pleno emprego e a conquista da legislação social.

Podemos destacar no processo de contrarreforma do Estado, desde o incentivo à privatização da coisa pública, a regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas com o apoio do “*Programa de Publicização*”. Também houve a separação entre formulação e execução das políticas, sendo que o Estado ficaria responsável pela sua formulação com o auxílio de profissionais especializados e a execução ficaria por conta de agências autônomas, afetando desse modo, a “relação entre formulação de políticas públicas e consolidação democrática”, já que a população demandante não atua conjuntamente na formulação das mesmas.

A partir da atual conjuntura que vem sendo reforçada desde os agravamentos da ditadura até os anos 80 e desenvolvendo contornos mais visíveis a partir da década de 90, o que se revela são prejuízos para a política social, decorrentes do “trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização - Draibe apud Behring; Boschetti, (1993)”. Lembrando que o caráter de descentralização se refere á desresponsabilização do Estado que passa a transferir suas funções de enfrentamento das expressões da questão social para instituições privadas. Assim:

“A “reforma”, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social – em nome da qual se faria a “reforma” -, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Isso ocorreu *vis-à-vis* um crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza, aprofundados pela macroeconomia do Plano Real” (Behring; Boschetti, 2009, 155).

Diante da correlação de forças entre os interesses de classes, a política social que visa à universalidade coexiste de forma bastante limitada com a hegemonia neoliberal, já que apenas a o serviço de Saúde dentro da seguridade predomina a universalidade. Atualmente o que vem ocorrendo com a restrição e redução de direitos se justifica pelo argumento da crise fiscal do Estado, lembrando que essa justificativa corresponde à hegemonia neoliberal. Desse modo, “... A política fiscal iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e mantida durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), vem sendo fortemente orientada pelas recomendações estabelecidas nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 1988 (TEIXEIRA apud BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 165)”.

2.1 - Transformações no mundo do trabalho: do fordismo ao padrão flexível e suas implicações sociais

De acordo com Antunes (2011), estamos passando por profundas transformações nas últimas décadas, tanto na esfera da materialidade quanto na esfera da subjetividade produzidas pelas complexas formas de ser e existir da sociabilidade humana a qual estamos submetidos. O desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital, são alguns dos resultados mais evidentes que vem afetando o mundo do trabalho e tudo o mais que ele envolve afinal a categoria trabalho está imbuída de significados que reverberam em várias dimensões da vida.

Apesar de alguns estudiosos defenderem a des(sociabilização) atual como ponto de partida para novas e positivas dimensões de organização societal, o que se nota, segundo o autor, são formas de fetichização, pois não representam de fato a realidade apresentada, mas sim formulações que divergem dos fatos concretos analisados. O que está sendo de fato posto em relação ao mundo do trabalho não se trata de modo algum da efetivação de um modelo mais justo, avançado e democrático de produção, com o fim do trabalho e da mercantilização numa sociedade produtora de mercadorias objetivando a desvalorização da força de trabalho.

A sociedade contemporânea vem enfrentando um cenário crítico devido a sua lógica equivocada baseada na concorrência e elevada produtividade. Nesse processo, o que se nota de fato como resultado, é uma imensa precarização do trabalho e aumento

monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados, como diz o próprio autor. Esse cenário de crise no mundo do trabalho onde vigora a lógica do capital, no qual nos é apresentado pelas formas concretas da (des)sociabilização humana, atinge a todos os países, desde os considerados de Terceiro Mundo, como o Brasil, até os países capitalistas centrais.

De acordo com Antunes (2011), para que se possa compreender as dimensões e determinações em curso no mundo contemporâneo, a fim de evitar os equívocos provocados pela inversão da lógica do capital, que seriam influenciados pela fetichização ou (des)sociabilização que personaliza o dinheiro e as mercadorias num processo de alienação onde o trabalhador se desumaniza e se converte em mercadoria. Faz-se necessário avaliar as mutações e metamorfoses do mundo contemporâneo, seus principais significados e suas mais importantes consequências. Quanto ao mundo do trabalho, é imprescindível estar a par do conjunto de tendências que possam revelar seus traços básicos que configuram o seu quadro crítico cujas tendências estão sendo experimentadas em outros países que estão sob a mesma lógica do capital.

Sendo assim, Antunes (2011), se utiliza do termo que ele denomina de sistema de metabolismo social do capital, que a grosso modo, significa a subordinação estrutural do trabalho ao capital advinda da divisão social. Lembrando que a maneira como cada sociedade e modo de produção produz e reproduz a vida varia conforme as condições e determinações de cada período, portanto estão fadadas a cumprir certo período de vigência até que um novo modo de produção ou sistema de reprodução social possa substituir o anterior e assim sucessivamente. O importante é destacar quais as mediações estabelecidas dentro de cada sistema de produção que se dão a partir das relações sociais em vigor. No caso do sistema capitalista tais mediações aparecem dentro do próprio contexto estruturante em que a divisão social segue o padrão de hierarquia, ou seja, trabalho submetido aos interesses do capital.

Os antagonismos que fazem parte da própria estrutura do capital não podem ser eliminados, são historicamente reproduzidos com maior ou menor intensidade, pois fazem parte do próprio sistema, embora o capital prevaleça como o favorecido nesses conflitos e confrontações. Não há possibilidades de sobreviver sem se submeter ao controle e 'viabilidade produtiva' do capital que se dá de modo totalizante, pois até mesmo os seres humanos são obrigados a se ajustarem. Esse sistema assume uma lógica destrutiva que vem se intensificando na era contemporânea onde prevalece o aprofundamento da separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e a necessidade de autorreprodução.

Os resultados produzidos pelo incentivo à competição e a concorrência inter-capitalistas são muito graves e afetam a população direta e indiretamente, pois destrói e / ou precariza a força de trabalho e acarreta na degradação do meio ambiente do qual todos dependemos. Mas de acordo com a lógica em vigor, tudo é permitido contanto que atenda aos critérios/princípios da 'eficiência', 'racionalidade' e economia capitalistas em detrimento da lucratividade, seu principal objetivo.

De acordo com (ANTUNES, 2011), atualmente não estamos mais vivendo períodos curtos ou longos de crises, mas sim uma crise contemporânea que chegou ao seu ponto crítico e se tornou crônica, sem saída e que se mantém contínua, assumindo a possibilidade de se expressar com caráter estrutural e que não deve ser relacionada como ocorre equivocadamente como crise do fordismo e do keynesianismo que são apontados como os primeiros demarcadores de esgotamento do capital. Entretanto não representam a totalidade da crise contemporânea, apenas sinalizam os primeiros sinais de esgotamento do capital que vigoraram até o início dos anos 70, expressados pela crise nessas duas formas de organização de produção.

Os princípios básicos do taylorismo e fordismo presumiam a racionalização extrema da produção com o intuito de promover a maximização da produção e do lucro. No taylorismo, o trabalho era dividido em etapas onde cada trabalhador exercia a mesma função repetidamente sem conhecimento do restante do processo até o resultado final, as funções deveriam ser executadas no menor tempo possível, visando à eficiência no sentido de produzir mais em menos tempo.

Do mesmo modo, o fordismo também proporcionava uma produção alienada que consistia na execução e repetição de tarefas simples onde apenas o gerente tinha o conhecimento de todo o processo de fabricação dos automóveis, cuja meta era a produção em massa e obtenção de maior lucratividade. Como foi dito acima, os modos de produção taylorismo e fordismo marcaram um período de expansão da acumulação de capitais até o início dos anos 70, mas após esse período surgiram as primeiras consequências ou se manifestaram os sinais de que não era mais possível continuar produzindo com a mesma intensidade e manter a população consumindo na mesma proporção de sempre. Sendo assim, os sinais que apontam para o acirramento dessa crise podem ser elencados da seguinte forma segundo Antunes (2011):

A) pela queda da taxa de lucro, impulsionada pelo aumento do preço da força de trabalho conquistado pelas lutas sociais o que repercutiu na redução dos níveis de produtividade do capital.

B) Pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, marcado pela redução do consumo e sua incapacidade de responder a isso, pois tal fato era decorrente do desemprego estrutural, fenômeno esse, que se iniciava.

C) Hipertrofia da esfera financeira, uma expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção na sua nova fase do processo de internacionalização.

D) A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas.

E) A crise do *welfare state* ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, com retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado. Estado mínimo para a população e máximo para atender os interesses da burguesia.

F) E pelo incremento acentuado das privatizações que influenciaram nas desregulamentações trabalhistas, flexibilizando tanto o processo produtivo dos mercados como a força de trabalho.

. O capital tem respondido à crise com soluções de cunho neoliberal que agravam ainda mais o mundo do trabalho afetando a sua estrutura e o processo de produção e as condições de vida da classe trabalhadora. Sua reorganização chega até o seu caráter político e ideológico, as consequências imediatas são a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a desmontagem do setor produtivo estatal com vistas a retomar os patamares de expansão anteriores.

Diante da fase de reorganização ou reestruturação produtiva do capital em andamento que se apresenta por meio de novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, o mundo fica dividido entre os países pertencentes ao núcleo central dos países capitalistas avançados (tríade composta pelos EUA e o Nafta, a Alemanha e o Japão) exercendo o papel de comando sobre os países de industrialização intermediária e países do Terceiro Mundo que ficam numa posição de total subordinação e dependência daqueles, numa condição subalterna no processo de reestruturação produtiva.

A competitividade tecnológica que agora se apresenta num mercado mundializado afeta sobremaneira os países periféricos em desenvolvimento, isso pode ser observado na forma pela qual as próprias condições de trabalho ficam submetidas à precarização, inclusive a própria força de trabalho e o agravamento do desemprego. Como se a dependência dos países periféricos minasse as condições de cada país fora da tríade

imperialista de promoverem suas próprias condições e mecanismos de geração de emprego e renda. Ao que parece é a perda total da autonomia que impossibilita as condições de incentivo ao próprio desenvolvimento de um país onde a intenção é mantê-lo(s) na condição de subalternidade, pois assim cumprem o papel imposto pelo capital em que está previsto a hierarquização dos detentores dos meios de produção sobre os demais.

Mesmo diante de todo o progresso e desenvolvimento tecnológico nos países centrais que possibilitam a redução da jornada de trabalho a nível mundial, o que se apresenta como saída da crise são políticas de prolongamento da jornada de trabalho em países como a Inglaterra e o Japão que já possuem um histórico de intensas jornadas ou tempo de trabalho exigidos. As respostas do capital na esfera global, ou seja, com a intensa competitividade e concorrência inter-capitais os impactos acarretados são profundos e destrutivos presentes na relação metabólica -, homem, tecnologia e natureza.

O quadro crítico acentuado da crise estrutural que se deu a partir do início dos anos 70, trata se de um conjunto de complexidades acarretadas pelas mutações intensas que se sucederam na subjetividade da classe trabalhadora, mutações que repercutiram nos valores, de caráter econômico, social, político e ideológico. Como se sabe, a intenção do capital é voltar aos mesmos patamares de acumulação do período pós - Segunda Guerra Mundial (1945 a 1973), período em que o capital chegou ao seu auge de prosperidade.

Para conseguir tal manobra foi implementado um amplo processo de reestruturação do capital, mas sem mexer nos seus fundamentos essenciais, apenas o padrão de acumulação sofreu alterações passando do padrão taylorista e fordista para assumir a forma de acumulação flexibilizada, afetando assim fortemente o mundo do trabalho. Lembrando que o que levou a transição do padrão de acumulação foram as lutas da classe trabalhadora que teve seu ápice nos anos 60, embora não tenha conquistado o resultado pretendido, pois o modo de produção atual, apesar de flexibilizado permanece mantendo antigas características dos modelos anteriores. Lembrando que o binômio *taylorismo/fordismo*, trata-se da:

“... expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*”. (Antunes, 2011, p. 36).

Com o salto tecnológico que se dá a partir dos anos 70, uma nova reorganização capitalista emerge, com novos processos de trabalho e novas exigências, agora não era só a capacidade física que interessava ao capital, mas a capacidade intelectual com a

capacidade de multiplicar a lucratividade, agora com trabalhadores polivalente, capazes de raciocinar e executar mais de uma tarefa. Como a luta operária não foi capaz de levar a conquista de um projeto hegemônico contra a hierarquia do capital sobre o trabalho, segue um distinto processo de exploração sobre as bases sociais e ideológicas que vem colaborando com o processo de reestruturação do capital.

Como foi dito acima, uma nova forma de acumulação é então implementada sobre o ocidente, reorganizada ainda mantendo os traços dos padrões anteriores de intensificação da exploração da força de trabalho a fim de manter o modo de produção vigente orientado pela mesma perspectiva de dominação hierarquizada sobre o trabalho, assumindo a proposta de acumulação flexível onde o modelo japonês de processo produtivo – conhecido como “toyotismo” passa a fazer parte do processo de reestruturação do modelo societal, cuja meta é a recuperação do seu projeto de dominação societal.

As novas propostas de enfrentamento da crise e contra o inimigo mais aparente do capital – as lutas sociais - se estabeleceram por meio da reorganização das suas formas de dominação societal, ultrapassando os limites do processo produtivo e chegando até o plano ideológico a fim de se criar e constituir uma sociedade baseada no individualismo, minando todas as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social, numa clara intenção de desmobilizar qualquer ação em conjunto da classe trabalhadora.

Para alguns estudiosos das mutações ocorridas na esfera do trabalho a partir dos anos 70, essas mudanças podem ser positivas considerando a possibilidade de que se formaria um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente com maior autonomia para executar as suas tarefas. No entanto, outros já advertem que o que está ocorrendo é uma reconfiguração da organização do trabalho novamente em favor dos empregadores e não dos empregados, pois ao dizer que os resultados das novas mutações sobre a tese da “nova organização do trabalho” favorecem os trabalhadores, não considera relevantes os fatores históricos e geográficos nessas mudanças, consideram apenas o progresso tecnológico e o desenvolvimento organizacional.

Ao contrário do que se esperava com o salto tecnológico na esfera do trabalho atuando de forma colaborativa com o trabalhador ao reduzir os seus esforços físicos com o auxílio das máquinas, o que também ocorreu foi a agravamento de alguns problemas, que podem ser identificados a partir da própria natureza contraditória entre produção de massa e especialização flexível; a incapacidade do capital e do próprio Estado de responder adequadamente às mutações geradas no mundo do trabalho, de modo a garantir os direitos sociais com vistas ao bem-estar social, ou seja, no que tange as implicações de ordem

política na própria estrutura do sistema ou modo de produção; além do fato de que as novas formas de produção baseadas na especialização flexível não podem garantir apenas benefícios para o trabalho, mesmo porque a intensificação do trabalho permanece como característica dos dois modelos anteriores de produção.

O padrão de acumulação flexível sugere a articulação com o padrão taylorista/fordista de acumulação de modo a exprimir um padrão de continuidade e descontinuidade devido às novas características apresentadas nessa fase informacional que se deu pela introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços acarretando na combinação entre trabalho polivalente, multifuncional e qualificado em busca da redução do tempo de trabalho, ou seja, ampliar a intensificação das condições de exploração da força de trabalho com a redução ou eliminação do trabalho improdutivo. Nesse cenário, as empresas que possuem menor contingente de força de trabalho, mas que apesar disso, têm maiores índices de produtividade e são as que merecem destaque.

A implantação do sistema industrial japonês (toyotismo) no Ocidente levou em consideração as particularidades e singularidades de cada país com a intenção de que essa medida seria a resposta ideal para a superação da crise que se instalara. Os resultados imediatos no mundo do trabalho a partir dessas mutações aparecem na forma de desregulamentação dos direitos do trabalho; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; destruição do sindicalismo que realmente lute pelos direitos trabalhistas.

Todos esses elementos advêm da nova proposta de manutenção do projeto global de dominação do capital, incluindo a apropriação do elemento intelectual e cognitivo do trabalho que anteriormente não era tão valorizado pelo fordismo. O processo de implantação ocorre de modo mesclado nos países ocidentais assimilando algumas modalidades japonesas às modalidades dos países receptores, no Japão, por exemplo, o toyotismo considerou com maior relevância o trabalho vitalício, mas isso não foi tão marcante nos países do Ocidente.

Considera-se a totalidade da classe trabalhadora ao abarcar entre os agentes produtivos e improdutivos, mas assalariados, é sob essa perspectiva que se torna possível compreender as dimensões que revelam a formação do ser social que trabalha pela perspectiva contemporânea. Lembrando que os desempregados e os que estão trabalhando na informalidade, mas indiretamente subordinados ao capital também estão incluídos na classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho, muitos estão nessa situação ou condição devido à própria lógica destrutiva do sistema vigente.

Muitos são simplesmente expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho devido a atual fase de reestruturação e expansão do desemprego estrutural. A nova fase do capital contemporâneo representa a exclusão daqueles que antes ocupavam altos postos como gestores do capital e recebem rendimentos elevados e ainda daqueles que vivem dos juros do seu próprio capital acumulado, também estão incluídos os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.

Mas nesse cenário marcado pela redução dos postos de trabalho também aparece marcado pelo incremento do *novo proletariado fabril e de serviços*, mais conhecido com a denominação de trabalho precarizado que se constitui pelos trabalhadores “terceirizados” submetidos a subcontratações de caráter temporário. Antes esse tipo de trabalho era prioritariamente ocupado por imigrantes que tinham sua força de trabalho barata aproveitada em outros países. Agora são os trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista-fordista que estão se submetendo a esse tipo de trabalho, mesmo nos países centrais em decorrência da desestruturação do *Welfare State* agravado pela combinação do crescimento do desemprego estrutural.

“Nos países em desenvolvimento como o Brasil, essa processualidade ocorre de modo distinto após uma fase de expansão do proletariado industrial ou trabalhador produtivo no atual período marcado pela crise o que se nota é um processo de *desindustrialização e desproletarização nesses países*, obrigando a classe trabalhadora a se sujeitar às novas condições de trabalho de aspecto “precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc”. (Antunes, 2000, p.105)

As mutações organizacionais e tecnológicas assim como as mudanças nas formas de gestão promovidas durante a nova fase de reestruturação produtiva industrial impõem cada vez mais a racionalidade do capital. Apesar de novas tendências no mundo do trabalho terem surgido, como os assalariados médios e de serviços, modalidade pela qual houve o reaproveitamento de muitos trabalhadores, ainda assim, devido à racionalidade destrutiva do capital que se apresenta pela crescente diminuição de trabalhos que passam a ser substituídos por serviços desenvolvidos na era informacional; assim como pela privatização dos serviços públicos que tem colaborado com o elevado índice do desemprego estrutural.

Outra tendência relacionada ao mundo do trabalho e suas atuais mutações está relacionada com a modalidade do trabalho em domicílio, em expansão. Devido a facilidade que hoje a tecnologia oferece a partir do uso da internet (teleinformática/telemática) e sistemas operacionais relativos tornou-se possível executar certas atividades no próprio ambiente doméstico, pois a presença física das pessoas não é mais primordial em certas ocasiões. Essa nova tendência está diretamente relacionada com as transformações

decorrente da atual conjuntura de expansão do capital propiciada pela desconcentração do processo produtivo e pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas.

As novas configurações do trabalho orientadas pela lógica excludente e destrutiva do capital vêm afetando sobremaneira parcelas da população representadas por jovens e adultos considerados velhos pelo sistema, tanto nos países centrais como nos países de industrialização intermediária. Muitos jovens acabam sendo recrutados por movimentos neonazistas nos países centrais, pois se encontram numa realidade que os privam de criar perspectivas. Já em relação aos adultos com cerca de 40 anos ou mais, quando são excluídos do mercado de trabalho, suas chances de reinserção e requalificação são mínimas.

Com os altos índices de desemprego, a saída encontrada acaba sendo pela via da informalidade, quando não se encontram na mera condição de pertencente ao exército industrial de reserva. Outra característica contraditória que aparece com a reestruturação do capital, é a inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho, reforçando seu caráter hostil contra a sociedade formada em sua grande maioria por trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho para viver.

Em meio à crise da sociedade do desemprego estrutural que está vigente, a alternativa que aparece como resposta ao desemprego é o chamado terceiro setor, geralmente é um trabalho que se caracteriza por serviços assistenciais com a colaboração de voluntários e não visa fins diretamente lucrativos. A proposta, apesar de demonstrar que possui capacidade de incorporar desempregados excluídos do mercado de trabalho capitalista, não é significativa ao ponto de se tornar uma alternativa realmente funcional contra o desemprego crescente em decorrência da demissão de trabalhadores do ramo industrial e agora do setor de serviços.

Tanto as atividades realizadas pelas ONGs (Terceiro Setor), como as atividades realizadas por produtores independentes que produzem de forma não lucrativa, sem fins de mercantilização pela perspectiva de economia solidária, cumprem um papel de funcionalidade para com o sistema, ao minimizarem a barbárie gerada pelo desemprego estrutural considerando que, esse, se demonstra indiferente quanto ao trato da questão social (de caráter público e social) expressada pelos desempregados sem vistas a eliminar esse problema. Contudo, tais medidas ou atividades não estão carregadas de potencial capaz de modificar as estruturas de um sistema global de produção.

Capítulo 3

Os limites estruturais das políticas de emprego e renda. O impacto da crise sobre a força de trabalho juvenil

Para iniciarmos as discussões sobre a centralidade do trabalho na sociedade capitalista e sua relevância para o público juvenil é preciso trazer à superfície elementos que nos possibilitem compreender a dinâmica contraditória desse sistema, onde o trabalho aparece como uma categoria fundante no processo de socialização e manutenção do cotidiano, mas ao mesmo tempo não se revela de forma democratizada aos seus cidadãos que dependem do mesmo para terem as mínimas condições satisfeitas para a manutenção e reprodução da vida com dignidade por meio de acesso à alimentação, moradia e serviços básicos de transporte público, saneamento básico, esgoto, educação e saúde pública.

Na obra “os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho”, Ricardo Antunes (2011), desenvolve discussões em torno da centralidade do trabalho na contemporaneidade, especialmente nos países periféricos em desenvolvimento como o Brasil dentro do contexto de crise inerente ao próprio capital, do qual vem se agravando e conseqüentemente acarretando profundas mutações no interior do mundo do trabalho onde as respostas são de cunho neoliberal acompanhado pela reestruturação produtiva da era da acumulação flexível. Sendo assim, os recursos estatais são reduzidos em favor da classe trabalhadora, sobrecarregando os trabalhadores em suas variadas funções.

Conforme Antunes (2000) se utiliza da expressão “classe-que-vive-do-trabalho” com a intenção de evidenciar significados sobre o que a classe trabalhadora representa nos tempos atuais e, deixar claro, que a centralidade do trabalho e a divisão da sociedade em classes permanecem sob a mesma lógica hierarquizada proposta pelo capital. A visão equivocada que acredita no fim da classe trabalhadora e até mesmo o fim do trabalho em decorrência do crescente desemprego não passa de uma forma de abordagem empírica de análise e como se sabe, a realidade é dinâmica e não segue uma linearidade como sugere alguns autores.

Ainda a respeito da centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social podemos dizer que ela significa um olhar mais aprofundado sobre a relação que se dá entre o homem (sociedade) e a transformação da natureza como forma de atender as suas necessidades, mas diferentemente do que ocorre com os outros animais que agem para satisfazer seus instintos biológicos, os humanos premeditam todo o processo que se dará a

partir da transformação da natureza para se chegar ao que havia sido idealizado de modo consciente. O debate sobre a centralidade da categoria trabalho é importante para que se possa compreender que o trabalho em seu âmago não existe com a finalidade de atender ao mercado.

Uma análise mais aprofundada a respeito das mutações em curso no mundo do trabalho serve para desconsiderar as ideias que justificariam o fim da centralidade do trabalho e sua substituição pela esfera comunicacional ou mesmo da intersubjetividade. O que de fato vem ocorrendo "... é uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se encontram fortemente em expansão". Antunes (2011, p.182-183). Desse modo, a confusão que está em vigor diz respeito somente ao efeito desestruturante que o capital exerce sobre a categoria trabalho.

De acordo com a autora marxista, Cassab (2007), apesar de haver essa crise no mundo do trabalho, ele continua sendo fundamental no campo da estruturação das relações sociais, mesmo para os jovens, pois é por meio do trabalho que o homem se destaca biologicamente e se constitui socialmente e é por meio dele que nos humanizamos pela intenção ontológica do nosso próprio ser e criamos condições de conquistar a liberdade.

A ideia de uma sociedade que relega o trabalho ao segundo plano não parece de modo algum atraente aos jovens pobres, como foi afirmado anteriormente, a sua centralidade persiste ainda de maneira mais expressiva em face do crescente aumento do desemprego, mesmo porque, o trabalho aparece como constituidor de identidade, ou seja, é pela inserção no trabalho que os sujeitos se veem como cidadão de direitos participativos da dinâmica social.

Nos tempos atuais em que os jovens pobres estão sendo alvos de políticas emergenciais relacionadas ao aumento da criminalidade entre os mesmos, segundo o que é mostrado na mídia, trabalhar significa aos jovens pobres urbanos a distinção entre sujeitos confiáveis, que trabalham ou sujeitos não confiáveis, desocupados. Aí nos é revelada a importância do trabalho como elemento criador de identidades, seja negativa ou positivamente.

Apesar do crescimento do desemprego que vem afetando sobremaneira a população de jovens e cerceando suas possibilidades de socialização que dependem da dinâmica do trabalho, o que temos hoje é uma crise do emprego e não do trabalho, porque de acordo com o conceito marxista, o trabalho precede o emprego e existe desde que o homem

passou a modificar a natureza; já o emprego, trata-se de algo mais recente que surgiu durante a revolução industrial, resultado da relação entre capitalista e trabalhador. Ainda levando em consideração o universo da vida cotidiana a dúvida a respeito da centralidade do trabalho e sua vigência é descortinada, seja no seu aspecto concreto (que se manifesta no valor de uso) e/ou no seu aspecto abstrato (que se manifesta no valor de troca), revelando desse modo a inviabilidade do capital permanecer com o fim do trabalho assalariado.

3.1 – Uma abordagem sobre a questão social do desemprego juvenil e as contradições do Estado capitalista

As abordagens a seguir partem de uma breve revisão da literatura social crítica disponível sobre a temática do trabalho e conseqüentemente do desemprego e como isso chega aos jovens e quais medidas vêm sendo tomadas pelo Estado brasileiro num momento em que as políticas públicas assumem um caráter de cunho neoliberal, para tanto foram utilizados estudos com informações de nível nacional e também da América Latina.

De acordo com os autores Elder Carvalho dos Santos e Marina Maciel Abreu (2009), o Estado do Maranhão, sendo parte da unidade da federação encontra-se inserido na lógica de subordinação do capital, ou seja, por ser um Estado brasileiro está inserido na periferia do sistema, na condição de país emergente ou em desenvolvimento e, como tal, sofre as conseqüências negativas geradas pelo processo de mundialização do capital e do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, pois como país em desenvolvimento não possui capacidade de concorrência com os países centrais. Nesse caso, o Estado do Maranhão, apesar de suas particularidades, serve como um bom exemplo de como o Brasil tem seguido historicamente com um mercado de trabalho informalizado e precário.

Também são avaliadas a relação de vinculação orgânica entre o Estado e o capital e como decorrência podemos notar a elaboração e a implementação de políticas sociais públicas de caráter contraditório, direcionadas para a geração de emprego e renda no que tange ao aumento da informalização do trabalho que nesse caso, tem se expressado como alternativa às limitantes formas de acesso ao mercado de trabalho devido a tendência de redução de postos de trabalho.

O período em que ocorrem os agravamentos no mundo do trabalho remete aos anos de 1970 e 1980, onde desde então, a crise do capital vem se aprofundando, sendo agravada por medidas de desregulamentação da economia na década de 1990 – 1992,

durante o governo Collor que promoveu a abertura da economia ao capital estrangeiro ou capital mundializado. As consequências desde então tem sido de extrema complexidade no trato do crescente número de trabalhadores fora do emprego formal.

Todas essas mudanças que vêm ocorrendo devido ao fenômeno promovido pela mundialização do capital juntamente com as propostas neoliberais de reestruturação do sistema em crise, de desregulamentação da economia e uma ampla reforma do aparelho estatal com a intenção de reduzir ao máximo a participação do Estado em relação aos serviços públicos oferecidos à sociedade, em especial à classe trabalhadora; são todas mudanças que desfavorecem o país e conseqüentemente o Estado do Maranhão dentro das relações mercantis cada vez mais competitivas. Importante ressaltar que as mudanças ocasionadas nesse processo afetam toda a estrutura social, levando a “transformações socioeconômicas, político-institucionais, culturais e socioespaciais que aprofundam a heterogeneidade estrutural dos processos econômicos do país.” (dos SANTOS; ABREU, p. 69).

A abertura da economia para a realidade brasileira a partir da década de 1990 significou “a abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira”, sendo que o Brasil foi inserido nesse contexto numa condição passiva e subordinada na economia mundial, fato esse, que propiciou a destruição de um grande número de ocupações urbanas e rurais existentes, devido, principalmente, à ampliação das importações e da desnacionalização do parque produtivo nacional, dentre outros fatores.” (POCHMANN, 2006; apud dos SANTOS; ABREU, p.69)

Ao que parece, os setores mais afetados com o desassalariamento devido à reestruturação do capital é o setor industrial e o fabril com milhões de postos de trabalhos formais extintos levando em consideração somente a década de 1990. Sem contar com os altos índices de taxa de desemprego no período de 1989 a 2007 que subiram de 3,6% para 8,5% e claro, o número de empregados sem carteira assinada no período de 1986 a 2002, chegando a 51%, segundo dados do IPEADATA (2009).

“Como consequência do desassalariamento, do desemprego e da precarização tem-se o aumento da parcela da população que passa a constituir a reserva da força de trabalho, ou seja, o contingente de trabalhadores excedentes ou supérfluos, relativamente. Nos termos marxistas, trata-se de uma *superpopulação relativa*, para suprir as necessidades da produção, cuja dinâmica tende a não absorver grande parte desse contingente – que passa a compor a massa de desocupados duradouros e miseráveis do sistema. A reprodução de grande parte desse contingente de trabalhadores vincula-se a formas cada vez mais precárias de trabalho, em que se incluem as modalidades ditas “autônomas”, “informais”, que o capital subordina a seus imperativos”. (dos SANTOS, Elder Carvalho; ABREU, Marina Maciel, p. 70)

Conforme apontam dos Santos; Abreu (2009), a informalização do trabalho faz parte de uma estratégia do capital para reduzir custos da produção, tal processo vem sendo instaurado e aperfeiçoado com o passar do tempo. Isso pode ser exemplificado pela prática da terceirização que tem se tornado muito comum ultimamente além de colaborar com outras modalidades, tais como o trabalho parcial, temporário e subcontratado. Todas essas modalidades aprofundaram-se a partir da década de 1990 com a flexibilização econômica e colaboram com o aumento da expropriação do trabalho excedente.

A informalidade do trabalho no Maranhão para ser compreendida em sua totalidade devem ser levadas em consideração as expressões atuais do modelo de desenvolvimento dependente que o Estado adotou pelo qual vem sendo reveladas suas contradições inerentes ao próprio modo de produção que apesar da superexploração do trabalho proposta, não geraram emprego de modo significativo nem aumentaram a renda global; no entanto, aumentaram a geração da riqueza social, mas pela via da concentração de riqueza e não pela distribuição baseada na equidade e justiça social, assim a desigualdade e a pobreza foram agravadas e não amenizadas.

As mudanças ocasionadas pela superexploração do trabalho e pela desestruturação das bases tradicionais da economia do Estado revelam que apesar das elevadas taxas de produtividade do capital, especialmente nos setores da produção industrial minero-metalúrgica e do agronegócio não houve melhoras significativas no contexto socioeconômico entre aqueles que já estavam vivendo em condições precárias, muito pelo contrário, o que se revela é o seu agravamento e o aumento significativo de trabalhadores que são forçados a seguirem pela informalidade laboral, sendo que a maioria da população neste Estado está nessa condição.

De acordo com dos Santos; Abreu (2009), o que ocorreu no Maranhão trata-se de uma heterogeneidade estrutural em que foi constituída historicamente a partir da segunda metade da década de 1970, quando passou a fazer parte do Programa Grande Carajás, responsável pela inclusão desse Estado no setor da produção industrial minero-metalúrgica. Outro fator que colaborou com a intensificação do processo de informalização do trabalho está relacionado com a expansão do agronegócio, que resultou no êxodo rural e na substituição da atividade considerada tradicional como a agricultura de subsistência. Assim muito poucos trabalhadores são aproveitados nesse setor direcionado cuja produção é direcionada para a exportação.

Como foi mencionado anteriormente, nos anos de 1990 a situação de informalidade no trabalho aprofundou-se em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado pelo

Estado do Maranhão juntamente com as transformações advindas da própria reestruturação do capital no país que impactaram diretamente na sua baixa estruturação do mercado de trabalho, tanto por meio de reformas administrativas do Estado, quanto pelas alterações na legislação trabalhista fazendo com que os níveis de informalidade permanecessem elevados.

Vale ressaltar algumas peculiaridades em torno do mundo do trabalho, onde podem ser observadas algumas divergências como no caso do setor da indústria, que apesar de ser um dos setores que mais recebe incentivo e investimento do Estado tem sido o que menos tem gerado emprego e renda para a população local. Ao invés disso, o setor da agricultura permanece como o que mais emprega seguido pelos setores dos serviços e do comércio, quando na verdade são considerados os setores que apresentam o maior grau de informalidade no país, segundo dados do IPEA (2005).

Já em relação ao desemprego, segundo fontes do IPEADATA analisadas a partir do ano de 1992 ao ano de 2007, o índice pulou de 3,3% para 8,3%. Em relação à informalidade, a nível nacional durante todo o período estudado se manteve acima dos 50%. Em nível estadual, os níveis foram de 84,8% chegando a 72,5% apresentando uma pequena redução nesse período, fato esse, que não garante a qualidade dessas vagas, sendo na maioria precárias e com baixa remuneração. Desse modo podemos perceber que a situação de desemprego, desassalariamento e de alto índice de informalidade vem persistindo ao longo dos anos no Estado do Maranhão.

De acordo com dos Santos; Abreu (2009), o agravamento da situação do mundo do trabalho no país tem relação direta com a implementação de um novo modelo econômico que se deu a partir da década de 1990 orientado por políticas neoliberais. Com o desemprego chegando a níveis elevados, o Estado começa a investir em programas de geração de emprego e renda a partir da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entre esses programas estão o “Seguro Desemprego, a Intermediação de mão de obra, o Programa Nacional de Formação profissional (Planfor), o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), o Programa de Emprego (Proemprego) e as iniciativas de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”. p. 72

“A respeito desses programas, Pochmann (2006) resalta que eles aprofundam a fragmentação das ações em diversas instituições, sem coordenação, com maior pulverização de recursos e ainda reduzida escala de cobertura. Todas com um alto grau de desarticulação e desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência”. (POCHMANN, 2006 apud SANTOS, Elder Carvalho; ABREU, Marina)

Conforme os estudos apresentados em relação ao investimento financeiro do Estado nos referidos programas, tais investimentos são considerados irrisórios em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), revelando que não há um verdadeiro interesse em reverter a situação do desemprego estrutural que vem atingindo o país, ainda mais considerando que o investimento vem caindo ao longo dos anos.

Nesse Estado, o órgão responsável pela implementação desses programas é a Secretaria Estadual do Trabalho e Economia Solidária (SETRES), criada em 2006, antes ficavam a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), cujos objetivos deveriam estar de acordo com o Plano Plurianual (PPA), 2004/2007. Os resultados apontaram que essas políticas são ineficientes, pois não alcançam suas metas e objetivos além de não atingirem uma fração significativa do público que delas necessitam. Muitos ainda se encontram em situações precárias de desemprego e desassalariamento, ratificando a ineficiência de tais programas no Estado do Maranhão.

Desse modo, o que se verifica em relação aos programas de geração de emprego e renda, são sua ineficiência e ineficácia, pois parte-se do pressuposto de que as medidas necessárias de divulgação e implementação, incluindo a própria execução e capacitação dos profissionais responsáveis por oferecer uma formação e qualificação de qualidade não atendem às expectativas, além de não promoverem a redução da desigualdade social. Tais políticas sociais públicas têm se mostrado focalizadas e atendem assim aos interesses do capital, pois promovem a precarização do emprego pela via da informalização, terceirização e do incentivo ao empreendedorismo como alternativas ao desemprego, ainda contribuem para a superexploração do trabalho excedente garantindo a redução dos custos da produção e reprodução da força de trabalho.

Apesar do processo de informalização e precarização do trabalho no Brasil ser considerado histórico, somente a partir dos anos de 1970, quando os números de trabalhadores sujeitos a essa condição se tornaram tão expressivos que já era impossível negar que esse modelo trabalhista já fazia parte do modo como o mundo do trabalho brasileiro se (des) estruturava, especialmente nesse período marcado pela crise do modo de regulação fordista e que vem perseverando até os dias atuais, ou seja, vêm sendo “revitalizados”.

A partir da constatação desse fenômeno da informalidade do trabalho muitos estudiosos passaram a se interessar pelo tema, principalmente a partir dos anos 80 e continuou assim até a década de 90 como um dos assuntos mais discutidos na academia e na mídia. O mercado de trabalho brasileiro se diferencia do restante dos outros países

periféricos capitalistas por apresentar uma flexibilização ainda mais intensa e complexificada com a agregação de velhas e novas formas de informalidade baseadas em ideias neoliberais.

“Tais processos, veiculados pela reestruturação produtiva, pela flexibilização das relações de trabalho e pela desconcentração dos espaços físicos, traduzem-se em desemprego tecnológico e estrutural, precarização do trabalho e exclusão social e fazem conexão direta com o processo de informalização das relações de trabalho em curso. Em paralelo, a crise dos modelos nacional e desenvolvimentista em geral e do caminho de crescimento brasileiro legou enormes bolsões de informalidade e miséria metropolitana, avolumando estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão”. (CONSERVA; ARAÚJO, p.76)

Conforme elucidam os autores Marinalva de Sousa Conserva; Anísio José da Silva Araújo (2008) sobre a reestruturação produtiva atual foi necessário recapitular os processos históricos que colaboraram com a crise do sistema fordista para melhor compreender o modo como essa reestruturação se instaurou no atual Modelo de Acumulação Flexível. Partiu-se desde o século XIX, onde o regime de acumulação era concentrado nas fábricas e marcado pela concorrência generalizada além de contar com a existência de um exército de reserva e garantir sua expansão como sistema predominante sem se ater tanto a inovações e aumentos de produtividade.

No caso brasileiro o fordismo não promoveu o pleno emprego, nem possibilitou a inserção política e econômica da maioria dos assalariados como nos países centrais. No Brasil, o que ocorreu foi um processo de industrialização seguido por um crescimento econômico excludente incapaz de absorver a força de trabalho de modo significativo criando assim um modelo baseado na concentração de renda. O pacto social fordista não ocorreu no país, historicamente muitos trabalham sem vínculo formal e estão desprotegidos perante a legislação trabalhista. Ao que parece apenas a exigência de produtividade foi mantida pelo modelo fordista sobre os trabalhadores brasileiros.

Conforme aponta Castel (apud CONSERVA; ARAÚJO, 1995), o que está acontecendo no capitalismo contemporâneo trata-se de uma ruptura da relação salarial que associava trabalho e segurança, ou seja, o fim da “Sociedade Salarial”, pois receber um salário significa também ter garantia a direitos e segurança quanto ao futuro incerto e isso vem sendo substituído por artimanhas relacionadas à flexibilidade. Mas para o mesmo, isso não representaria o fim da sociedade do trabalho, todavia revela a importância que o trabalho tem na vida das pessoas.

Seguindo a linha do autor citado acima, se nenhuma providências quanto às novas formas de emprego forem tomadas corre-se o risco de um retrocesso histórico onde as variadas formas de exclusão e vulnerabilidade social podem imperar. A conjuntura atual

baseada na competitividade e na flexibilidade devem abrir espaço no mundo do trabalho para uma relação saudável entre trabalho e proteção.

O processo de informalização do trabalho remonta aos estudos realizados sobre a economia do Quênia, do qual o termo “setor informal” foi generalizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT desde ao ano de 1972. No Brasil esse processo se intensificou a partir dos anos 80. Desde então tem seguido de mãos dadas com a questão da exclusão social num mundo globalizado e por ser um fenômeno que não dá para ignorar se expressa como dimensão estrutural da questão social.

A crescente fragmentação que vem acometendo sobre o mundo do trabalho deve ser avaliada a partir de uma nova perspectiva que traga ressignificação do que seja o verdadeiro sentido do trabalho a fim de combater as mudanças destrutivas que vem ocorrendo nos mundos do trabalho que tem contribuído para a exclusão. Os Estados brasileiros mais afetados pela exclusão ou fragmentação socioeconômica seguem em ordem de proporção na seguinte ordem: Norte e Nordeste, seguidos pelos da região Centro-Sul que apresentam alguns acampamentos de inclusão social. Pochmann e Amorim (apud CONSERVA; ARAÚJO, 2008).

Os índices de exclusão e inclusão nas regiões brasileiras podem ser observados a partir da comparação entre a população economicamente ativa (PEA) de cada região inserida no trabalho formal assalariado e pode ser facilmente verificado pelo aumento crescente do comércio ambulante, prática muito comum no Nordeste do país. Esse tipo de atividade vai além de uma alternativa ao desemprego, mas representa a própria maneira de ser de uma determinada categoria de trabalhadores. Vale ressaltar que muitos optaram pela informalidade em decorrência não só devido ao desemprego estrutural que inviabiliza o acesso, mas também devido aos trabalhos assalariados não efetivar melhores condições de vida devido aos baixíssimos níveis salariais oferecidos.

Cabral; Burginski (2010) irão dizer que apesar de o trabalho ser a principal fonte de renda, o mercado de trabalho também se expressa como fator determinante responsável pelas desigualdades sociais devido à baixa renda obtida por meio dele nos países da América Latina de acordo com a Cepal – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Conforme a concepção cepaliana, o trabalho deveria ser revertido como peça fundamental para o enfrentamento da pobreza e ser fonte de melhorias das condições de vida. No entanto, a falta de acesso ao trabalho tem se mostrado como um dos principais responsáveis pela manutenção da pobreza e das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com informações de estudiosos do assunto, a pior crise de desemprego da América Latina teria se iniciado em meados dos anos 90, sendo que a maior parte dos empregos criados estavam no setor informal e uma insignificante parcela estava incluída

entre os beneficiários de programas sociais. Apesar dessas constatações negativas, a Cepal vem partindo de um pressuposto de que as políticas de combate à pobreza e de diminuição das desigualdades sociais vêm surtindo efeitos positivos desde o ano de 2003, ano que coincide com a entrada no poder de governos “progressistas” que, implementaram um modelo desenvolvimentista da economia, sem se preocupar muito com os danos sociais contanto que os cofres públicos apresentassem saldos positivos.

As informações relacionadas ao discurso da evolução do desemprego aqui estão baseadas no período compreendido entre 1995 a 2008, de acordo com o Anuário Estatístico da Cepal para a América Latina onde é apresentada uma contínua diminuição da taxa de desocupados no decorrer desse período (10% para 7,5%). Porém, apesar do número de desemprego ter diminuído nesse período, o mesmo não aconteceu em relação aos indicadores de pobreza. O motivo, segundo os técnicos da Cepal, seria pela maneira gradativa e constante do aumento dos postos de trabalho.

A verdade sobre a contradição citada acima em relação à redução do desemprego e a manutenção dos indicadores da pobreza é que provavelmente as remunerações desses novos empregos gerados sejam insuficientes para retirar esses sujeitos da condição de pobreza. Diante disso, a análise desse contexto demanda um olhar mais atento sobre as interpretações da precarização do trabalho na concepção da Cepal que giram em torno do “conceito de informalidade gerado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT em 1972”, após um estudo realizado sobre as condições precárias dos trabalhadores pobres do Quênia.

O conceito de trabalho informal foi atualizado em 1993 com a 15ª Conferência da Organização Internacional de Estatísticas do Trabalho, quando em 2008 passa a agregar “um conceito reelaborado pelo neoliberalismo na década de 1990 – que analisa a informalidade pela heterogeneidade da estrutura produtiva” e parte de uma perspectiva que apresenta uma estrutura que se divide em duas categorias: formal, de produtividade média e alta e a categoria informal, de baixa produtividade.

Conforme informações da Cepal a respeito do panorama social da América latina em relação às características da inserção no trabalho incluindo características totais nacionais em valores percentuais no período compreendido entre 1990 – 2006, considerando faixa etária e sexo, pode ser verificado que entre os trabalhadores em geral, que se encontram na faixa etária de 30 a 64 anos e mulheres com 15 anos a mais estão entre o grupo mais representativo de trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados e de trabalhadores empregados em setores de baixa produtividade no geral. Em relação aos jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos os índices são bastante expressivos comparando

aos demais de forma proporcional. (Panorama da América latina, 2008, p.132 apud José Pedro Cabrera Cabral; Vanda Micheli Burginski, 2010: 182)

José Pedro Cabrera Cabral; Vanda Micheli Burginski (2010) apontam para a divergência no momento de categorizar os trabalhadores ao separá-los entre trabalhadores vulneráveis de um lado e trabalhadores em setores de baixa produtividade de outro dando a falsa impressão de que ambos não estão inseridos na mesma condição de vulnerabilidade. O que não condiz com a realidade é o fato da Cepal desconsiderar o fato de que todos os trabalhadores que não possuem vínculo legal trabalhista, incluindo remuneração digna se encontram em situação de vulnerabilidade.

A via da informalidade ou do “auto – emprego” incentivada pelo modelo neoliberal (1980-1990) ajuda a eximir a responsabilidade do Estado e do mercado de trabalho formal em relação ao problema da informalidade que tende a se tornar responsabilidade do indivíduo ficando totalmente desprotegido legalmente caso ocorra alguma intempérie, como é o risco de problemas de saúde que todos estão sujeitos.

Mesmo após a Organização das nações Unidas – ONU em 2008 ter anunciado uma nova meta para o Milênio com o objetivo principal de atingir o pleno emprego produtivo e o trabalho decente para todos, especialmente entre as mulheres e os jovens, além de propor a erradicação da pobreza extrema e da fome. Torna-se bastante imperativo a necessidade de promover melhorias no mercado de trabalho desses países antes de tudo a fim de que seja desfeita qualquer ligação com o processo histórico de crescimento econômico que tem beneficiado apenas grupos do poder político-econômico e o próprio capital.

Ao considerar apenas os indicadores relacionados ao aumento da produtividade do trabalho; o aumento das taxas de ocupação e a diminuição da pobreza entre ocupados não revela de fato que tem havido melhorias nas condições de trabalho e de vida da população. Quanto ao aumento da produtividade é importante relacionar o crescimento do PIB por pessoa, para comprovar que determinado país tem condições de gerar empregos com renda digna.

Para tanto se faz necessário avaliar sob quais condições tem ocorrido o aumento das taxas de ocupação, no caso tem sido pela via da informalidade (setor de comércio e serviços) – o aumento da taxa de ocupação tem aumentado assim como o trabalho vulnerável e, quando se compara trabalhadores rurais e urbanos, o primeiro grupo apresenta maior vulnerabilidade comparado ao segundo, já que entre os trabalhadores rurais se encontram em maior percentual os trabalhadores familiares não remunerados.

Já em relação à diminuição da pobreza entre os ocupados é preciso levar em consideração a metodologia utilizada para ver se ela considera apenas a renda individual ou

leva em consideração também os dependentes, neste caso um trabalhador que é bem remunerado pode ser considerado pobre por ter muitos dependentes da sua renda.

Importante ressaltar que a partir das informações é possível afirmar que a precarização do trabalho aumenta as taxas de ocupação e também contribuem para a manutenção da pobreza e da indigência, pois não é possível concordar com os conceitos e parâmetros relacionados a categoria trabalho utilizados pela Cepal que desconsideram os efeitos da inserção em ocupações sujeitas a condições precarizadas, informais e de extrema vulnerabilidade.

Conforme Oliveira (2015) os governos brasileiros têm insistido em investir nas políticas macroeconômicas como se a partir delas fosse possível resolver todos os problemas relacionados ao desemprego. Mas com a crise fordista e os processos de reestruturação produtiva o problema tem se agravado, a saída tem sido a implementação de políticas sociais públicas na forma de programas direcionados a qualificação e requalificação profissional. Todavia, as condições encontradas no Brasil não são nada favoráveis à geração de emprego, historicamente falando. O que tem se notado é que as políticas sociais permanecem focalizadas e com caráter assistencialista, desse modo acabam reforçando a exclusão e a desigualdade ao invés de promoverem a (re)inserção no mercado de trabalho.

As políticas sociais de trabalho no capitalismo nascem da crescente tensão entre capital e trabalho, todavia é possível verificar ações assistenciais que vem de períodos anteriores. Os pobres eram obrigados a aceitar qualquer tipo de trabalho ou seriam punidos como criminosos. A intenção dessas políticas assistencialistas era de combater a pobreza, mas sem se preocupar com as condições de trabalho, contanto que garantissem a manutenção do sistema pela acumulação de riquezas. Dessa maneira se garantia o controle político e moral da força de trabalho.

Historicamente falando, a assistência social sempre se sobressaiu mais como política social pública utilizada como remédio para as mazelas do desemprego e da pobreza, apresentando inicialmente um caráter caritativo, religioso e moralizante, além de repressivo e coercitivo. A desigualdade social deveria ser aceita como um “processo natural e necessário do desenvolvimento capitalista”. Somente a partir do final do século XIX a pobreza deixa de ser tratada apenas como um problema moral passando a ser reconhecida em sua dimensão política.

A esfera social só passa a receber maior atenção após a passagem do capitalismo concorrencial para o estágio monopolista, quando a questão social começa a aumentar de maneira inquestionável. Nesse período a classe trabalhadora se organiza e começa a lutar por direitos sociais, civis e políticos. As lutas eram basicamente relacionadas às

reivindicações de melhores condições de trabalho e melhores salários. Durante esse período também ficam expostas as distinções de postos de trabalho além da separação dos trabalhadores entre aqueles que ofereciam apenas a capacidade manual e aqueles que ofereciam funções de natureza intelectual.

A partir dos anos de 1990 a gravidade da questão social em países como o Brasil torna-se preocupação mundial, sendo que para esses países ficou estabelecido a importância do Estado dispor via programas sociais em parceria com as Organizações não Governamentais – ONGs o enfrentamento das desigualdades e do enfrentamento do desemprego. Em decorrência desse cenário de crise estrutural, apresenta-se no Brasil o incentivo ao trabalho informal novamente como saída e alternativa de geração de emprego e renda para os desocupados juntamente com cursos gratuitos de qualificação/requalificação profissional.

Os investimentos em políticas sociais públicas têm sido insuficientes para de fato promoverem alguma mudança no cenário de desemprego estrutural brasileiro, as características de focalização ainda persistem e não alcançam o público-alvo de maneira ampla, além de não promoverem a inserção de uma parcela significativa daqueles que tiveram acesso a tais programas.

Os anos de 1990 foram significativos quanto à conquista de alguns direitos trabalhistas, como o seguro desemprego, a concessão do abono salarial e principalmente a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financiado com recursos do PIS/PASEP e do Conselho Deliberativo do FAT CODEFAT). Sendo que o FAT é responsável por fornecer recursos a muitos programas que visam a (re)inserção do trabalhador. Todavia como foi dito anteriormente, respostas dos governos têm sido pela desresponsabilização do Estado e a favor da economia em detrimento das causas sociais, gerando um mundo do trabalho flexibilizado e com perdas de direitos trabalhistas, trata-se de uma verdadeira consolidação de uma contrarreforma trabalhista.

Dentre os programas e alternativas em relação ao desemprego, em especial a partir do governo Lula temos o incentivo à economia solidária e o Programa Jovem e o Primeiro Emprego para jovens pobres; o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER/1995); o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF/1995); o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR/1995); e o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO/1996) financiado com recursos do FAT e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

“Porém, de acordo com Pochmann (2008 apud OLIVEIRA : 8) tais iniciativas foram muito tímidas, pois enquanto o desemprego crescia em proporções elevadas, os gastos com as políticas ativas, no período de 1995 a 2000 não chegaram a 1% do PIB. Ou seja, em

1995 para um total de 4,5 milhões de desempregados, o governo investiu apenas 0,62%. Em 2000 quando o número de desempregados chegava a 11,5 milhões os investimentos em políticas de emprego foram de apenas 0,89”.

Em decorrência do fracasso das políticas de combate ao desemprego, o destaque da política assistencial no país fica em evidência, como é o caso do Programa Bolsa- Família de amplitude nacional. Desde então vem sendo acirradas as medidas que comprometem o trabalho pela via da flexibilização da justiça, enfraquecimento dos sindicatos, redução do tempo de repouso e alimentação para os trabalhadores, criação da lei que estabelece contrato temporário no setor rural sem carteira assinada e a extensão de contratos temporários em empresas terceirizadas.

Outros programas foram criados ou inovados durante o governo Lula, muitos deles voltados para os jovens como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE/2003); a idade do jovem aprendiz foi ampliada para até 24 anos em 2005 e em 2007 foi criado o Cadastro Nacional de Aprendizagem, são entidades representadas pelo Sistema S tradicional e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e contam também com a participação das escolas técnicas. Tais programas levam o jovem em consideração devido ao índice elevado de desemprego que atinge essa faixa etária, incluindo mulheres.

Ainda a partir das análises sobre os programas de geração de emprego OLIVEIRA (2015) destaca o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem (2005), segundo a autora representa a tendência de transferência de renda e de individualização do problema do desemprego para jovens até 29 anos que são de famílias em situação de pobreza. Aqui o jovem é responsabilizado em garantir a manutenção da sua família além de ter que apresentar um bom rendimento escolar e comportamental. “Um nítido viés de culpabilização e responsabilização dos mais pobres, em que o fracasso ou sucesso dependerá exclusivamente da sua capacidade de aproveitar as “oportunidades” oferecidas”.

A comprovação da ineficácia de tais programas pode ser constatada pela permanência do desemprego estrutural, sendo os mais afetados jovens, mulheres e trabalhadores desqualificados ou com baixa qualificação. Cerca de 40% da população economicamente ativa (PEA) continua fora do mercado de trabalho formal, embora tentem maquiar os números não contabilizando aqueles que estão inscritos em programas de geração de renda e no mercado informal. Constatase assim a predominância da política assistencialista em detrimento de políticas de geração de emprego.

Parafraseando Oliveira (2015), para que realmente houvesse geração de emprego, “bastaria a redução da jornada de trabalho, a redução da idade de aposentadoria, a permanência dos jovens na escola, a reorganização do trabalho”, de modo que não fosse

mais permitida a exploração do trabalho visando a mais – valia permitindo assim o resgate da concepção do trabalho como elemento de libertação e emancipação.

Conforme Aline Espindola Dornelles, Carlos Nelson dos Reis e Vanessa Maria Panozzo (2016), as transformações que vem ocorrendo na conjuntura econômica, social e política do século XXI vem afetando consideravelmente o cotidiano da juventude latino-americana em todos esses setores. A situação dos jovens dessa região em relação ao mercado de trabalho vem se complexificando, principalmente a partir dos anos 90 com as consequências das reformas estruturais e da introdução de políticas de estabilização.

Devido às transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, a juventude se destaca como grupo que merece atenção especial quanto à sua inserção no mercado de trabalho, considerando as condições que elas ocorrem a fim de que sejam efetivados os objetivos traçados pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio, que visam a erradicação da pobreza e da fome, bem como o desenvolvimento do pleno emprego de forma decente, ou seja, capaz de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

De acordo com as pesquisas realizadas, esses programas sociais de inserção e reinserção do jovem no mercado de trabalho apresentam certa diversidade de modalidades, sendo que a maioria tem como característica a articulação entre educação e qualificação profissional. Para que haja uma melhor compreensão em relação ao tema, os autores citados acima partiram do pressuposto de que seria importante desenvolver os conceitos e configurações da juventude na Região; depois avaliar o mercado de trabalho e programas de capacitação para essa faixa etária para finalmente organizar um mapeamento das experiências latino-americanas com base nesses programas.

A juventude vem sofrendo transformações significativas em relação a sua importância na participação da sociedade como sujeito portador de direitos e de poder de consumo nos países latino-americanos, principalmente a partir do período pós - Segunda Guerra Mundial. O fato é que a juventude vem sendo redefinida ao longo dos anos e sofre variações específicas conforme o contexto social e cultural de cada localidade.

Antes do período industrial era comum não ter essa fase da vida tão definida, pois homens e mulheres saíam da infância diretamente para os compromissos da fase adulta da época, casavam e constituíam família muito cedo comparados aos de agora. Assim como a juventude o papel da família também sofreu e vem sofrendo alterações. Hoje as mulheres também podem trabalhar fora de casa, o que trouxe mudanças significativas no âmbito familiar. Não dá para negar também o papel da mídia responsável pela imposição de um modelo idealizado de família e juventude.

As transformações históricas relacionadas ao jovem no âmbito social podem ser percebidas pelas suas participações como sujeito atuante na luta por direitos sociais nos

anos 60 e que a partir dos anos 70 também vem lutando pelo seu espaço no mercado de trabalho, considerando as mudanças que vem prejudicando a inserção dos trabalhadores num emprego considerado decente.

O Estado latino-americano tem respondido ao problema do desemprego entre essa parcela da população por meio de programas de capacitação, em geral para jovens com idade entre 15 e 29 anos que estão em busca da sua emancipação. Trata-se de uma categoria social que vem enfrentando as consequências da crise política e econômica que se expressam em vulnerabilidades quanto ao acesso de serviços públicos de qualidade, inclusive no quesito de acesso ao lazer, algo de extrema importância nessa fase para a formação e desenvolvimento.

Dentro dessa categoria também existe uma variedade de subgrupos divididos conforme suas residências se estão no campo ou nas cidades; de acordo com as faixas etárias que podem apresentar distinções de 15 até os 29 anos, pois sinalizam o início da adolescência, adolescência e início da fase adulta. Outros fatores também devem ser destacados, como condição econômica, raça e gênero. Agora se a proposta for analisar as questões relacionadas à juventude de uma forma mais ampla e totalizante, considerando todas as características que se apresentam em todos os países com suas particularidades e singularidades poderemos falar em “juventudes”, pois se trata de um verdadeiro universo diversificado. “Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando não apenas em relação a crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes” (GROPPO, 2000, p. 15 apud DORNELLES; dos REIS; PANOZZO).

O tema juventude está diretamente relacionado também à educação, mas apesar de ser constatado um aumento considerável do índice de crianças e jovens no sistema educacional a partir dos anos 90, o mesmo não pode ser dito em relação ao aumento da qualidade do ensino público, o que implica na formação desses e acaba por complicar seu acesso em trabalhos com melhores condições e remunerações futuramente. Muitos simplesmente desistem de continuar estudando por não terem melhores perspectivas quanto ao futuro pela via do trabalho ou precisam escolher entre trabalhar ou estudar.

Acerca da relação direta do processo educacional com o mercado de trabalho, pode ser que uma educação voltada exclusivamente para a capacitação e qualificação profissional não seja a saída mais adequada, embora seja inquestionável a importância em garantir a sua acessibilidade de maneira universal. Todavia levando em consideração as características de um mercado com alta mutabilidade e com novas exigências a cada momento, o que se exige hoje é uma formação continuada dos profissionais, mas deve ser exigido da mesma forma condições de trabalho melhores e promoção do pleno emprego que possibilite a erradicação da pobreza nos países latino-americanos.

Conforme Dornelles; dos Reis; Panozzo (2016:84), “as primeiras propostas dos programas para a juventude surgiram através dos governos ibero-americanos, na década de 1990, quando se iniciou a criação de leis, a elaboração e execução de planos e programas para a juventude e, também, as pesquisas sobre o jovem. Porém, as Nações Unidas já haviam declarado o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, com a aprovação de diretrizes que deveriam orientar futuras ações. Ademais em 1995 a Assembleia Geral aprovou o Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000, em 1998 foi aprovada a Declaração de Lisboa sobre políticas e programas voltados à juventude e em 2008 foi declarado o ano Ibero-Americano da Juventude”.

O trabalho na sua forma emprego continua sendo elemento essencial para garantir a cidadania e a inclusão social de muitos jovens, devolve o sentimento de pertencimento e dá significado ou sentido à existência. As transformações nos mundos do trabalho, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento tecnológico precisam ser revertidas em geradoras de emprego ao invés de incentivarem a redução das vagas de trabalho.

“Metade dos jovens latino-americanos está empregada, mas em sua maioria inseridos em atividades informais, com contratos sem garantias de proteção social, terceirizados, subcontratados, sendo este o único percentual que demonstra crescimento, “isso porque o capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time*, terceirizado, que se encontra em enorme crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços” (ANTUNES, 2005, p. 42 apud DORNELLES; dos REIS; PANOZZO, 2016:85).

O acirramento das disputas por uma oportunidade vem agravando determinadas características do capitalismo, como o individualismo e a competição. Atualmente os jovens estão divididos assim como os demais trabalhadores entre aqueles qualificados que pertencem a um grupo mais restrito capaz de acessar melhores ofertas de trabalho e aqueles não qualificados ou menos qualificados sujeitos a subalternização e trabalhos em condições precárias e sem proteção dos direitos trabalhistas.

Os dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação de desemprego entre os jovens da América – Latina no ano de 2010 revelam uma situação complexa e estrutural. De acordo com os dados apresentados, mais de 40 % da população mundial desempregada está representada por jovens com idade entre 15 e 24 anos; sendo que 85% desse total encontram-se nos países em desenvolvimento. O acesso ao trabalho formal se torna cada vez menos palpável para os jovens latino-americanos.

Como foi mencionado anteriormente, se alguma medida não for tomada em relação ao crescente desemprego, provavelmente nem a qualificação possibilitará a conquista de uma ocupação tão facilmente. As disputas tendem a se acirrar mais e o significado e a importância que o emprego formal carregava vai se perdendo nesse processo de reestruturação, os postos de trabalho vêm se tornando cada vez mais precários devido a

pouca oferta e a grande demanda. O cotidiano dos jovens tem sido afligido pelo sentimento de não pertencimento.

Para que uma melhor compreensão seja obtida a partir da implementação de programas de capacitação para a juventude iniciados na América Latina em 1990 com sujeitos de 15 a 19 anos de idade, foram utilizados dois países como exemplo: Brasil e Argentina, com a intenção de avaliar comparativamente como esses países vêm enfrentando o desemprego estrutural a partir dos devidos programas. Esses programas surgiram como resposta às várias ações dos governos Ibero-Americanos juntamente com a publicação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujos objetivos e metas teriam prazos e metas a serem cumpridos, de 1990 a 2015 a fim de promover o desenvolvimento mundial e particularmente nesse caso, erradicar a pobreza e a fome e proporcionar aos jovens um trabalho digno e produtivo (OIT, 2010).

Conforme a pesquisa realizada, foi verificada a participação de 13 países da América Latina e Caribe que vem executando esses programas de 1990 a 2010, totalizando 42 programas governamentais. Importante ressaltar a participação do Projeto de Promoção do Emprego de Jovens na América Latina – PREJAL/OIT responsável por promover parcerias públicas e privadas a favor da juventude.

Conforme Dornelles; dos Reis; Panozzo (2016, 86:87) foi possível destacar as seguintes características e objetivos nos programas pesquisados: além da capacitação e/ou qualificação; “oportunizar a inclusão social; finalizar a escolaridade; incitar experiência de práticas qualificantes; facilitar a transição escola-trabalho; dar orientações sobre trabalho; melhorar as condições socioeconômicas; melhorar as competências e habilidades dos jovens; reduzir a desigualdade entre os jovens através da educação, promover qualificação e ação comunitária; promover inclusão em programas de capacitação diversos; promover e apoiar a contratação de jovens na condição de aprendizes; incitar a inclusão em vagas de estágio; auxiliar na elaboração de um plano de ação de empregabilidade; oportunizar a finalização do ensino primário ou fundamental; promover capacitação com foco no meio ambiente”.

Alguns programas aparecem de forma mais restrita com recorte socioeconômico; outros voltados para jovens do meio rural, ou da cidade, jovens migrantes, jovens que prestam serviço militar, jovens infratores, jovens que não finalizaram o ensino fundamental ou médio, jovens que não estudam e não trabalham, mulheres jovens ou jovens pertencentes a programas sociais de transferência de renda, nesse caso, principalmente o adolescente. Outra característica desses programas para incentivar a contratação de jovens é o repasse de verba aos contratantes, além do repasse de forma direta ao jovem na forma de bolsas e linhas de crédito.

Apresenta-se como principal gestor e executor da maioria dos programas o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social, embora haja uma diversidade de coordenações e fragmentação de ações que repercutem na qualidade dos programas, embora a indicação da Convenção Ibero-americana da Juventude fosse a coordenação e avaliação pelos próprios governos.

“As leis gerais para a juventude surgiram a partir dos anos 1990 em alguns países. Em 2007 a Argentina criou, através da Lei n. 26.227, o Conselho Federal de Juventude visando a participação na concepção e coordenação Interjurisdicional; o Brasil, em 2005, criou a Lei n. 11.129 (modificando as leis de 2002 e 2003), instituindo o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, e criou o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude...” (DORNELLES; dos REIS; PANOZZO, p.86).

A partir daí diversos outros países da América Latina elaboraram Leis de promoção à dignidade dos seus jovens diretamente relacionadas à educação e profissionalização, sendo que muitos desses programas e projetos são executados pelo Estado em parceria com a sociedade civil e instituições privadas financiadas com recursos internacionais ou público. O Brasil aparece como tendo seis desses programas de acordo com o site do PREJAL (OIT, 2010).

Por fim, o que pode ser constatado a partir das informações é que “os processos de urbanização e industrialização vivenciados na América Latina acarretam, ao longo dos anos, modificações econômicas, políticas e sociais que desencadearam a (re)produção da desigualdade social na região, afetando diretamente a juventude. E a nova lógica do mercado de trabalho para a juventude faz com que os jovens concorram de modo desigual entre si, pois as exigências de qualificação vão além das necessidades reais.”

De acordo com Arcoverde (2008), as transformações relacionadas ao fenômeno da globalização no mundo atual refletem-se sobre a questão social brasileira tornando-a mais complexa, especialmente para a classe trabalhadora, destacando o desemprego e a pobreza. O Serviço Social, nos últimos anos vem se deparando com situações que exigem novas respostas melhores elaboradas acerca da demanda diversificada dos seus usuários; essa profissão atua na garantia de direitos e se insere no mesmo contexto dos seus usuários, pois trata-se de trabalhadores assalariados que atuam muitas vezes mediando interesses controversos dos seus usuários com as instituições das quais fazem parte. Ressalvando as características que marcam a sociedade brasileira marcada por desafios e avanços seguidos de retrocessos, pois trata-se de uma realidade dialética sob constantes variações.

Historicamente a questão social brasileira já foi tratada como caso de polícia, quando um conhecimento mais aprofundado da mesma ainda não estava disponibilizado e

disseminado pelo Serviço Social brasileiro. Depois passou por um período em que trabalhava para adequar seus usuários às exigências do processo sociopolítico e das estratégias de desenvolvimentismo no capitalismo tardio do país, onde a questão social deveria ser considerada como algo normal no cotidiano das pessoas. Chegando à fase de resistência à modernização em que o homem deveria ser visto em sua totalidade e de modo laico e menos psicologizante.

Até chegar ao período marcado pela intenção e posteriormente chegar ao processo de ruptura com o tradicionalismo, período marcado pelo rompimento com o positivismo e questionamento do antigo arsenal teórico-metodológico da profissão após o contato dos profissionais com a teoria crítica de Marx. Mas a intenção de ruptura pode ser considerada uma marca da profissão que atua sempre num cenário de contradições e correlação de forças antagônicas entre capital e trabalho até o momento atual marcado pela globalização que invariavelmente expressa condições de exclusão.

“Mas é consenso no Serviço Social que os avanços não eliminaram o conservadorismo que permanece dentre acadêmicos e profissionais que trabalham nas organizações e que a intenção de ruptura no contexto do capitalismo brasileiro ainda não se completou ainda mais numa conjuntura mundial de sucumbência das experiências socialistas. Esses são, dentre outros, grandes desafios a serem superados pelo Serviço Social na contemporaneidade da globalização”. (ARCOVERDE, 2008, p. 106-107)

As demandas atuais para o Serviço Social além daquelas que dizem respeito ao próprio código de ética da profissão, como a defesa dos direitos sociais e aquelas relacionadas aos problemas econômicos em decorrência da injusta distribuição de renda, aparecem hoje em um mundo globalizado outras questões relacionadas ao meio ambiente e outras relacionadas a preconceitos raciais e intolerância em diversas formas. Todas essas questões com que lidam o Serviço Social aparecem num contexto de impasse, pois os Estados nacionais se submeteram ao modelo de desenvolvimento neoliberal. Apesar do aprimoramento dos argumentos teórico-metodológicos bem como o incentivo à pesquisa na área do Serviço Social terem contribuído para uma formação profissional cada vez mais capacitada quanto ao trato da questão social e suas metamorfoses ou expressões com qualidade de leitura crítica e atualizada da realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

Exige-se cada vez mais um aperfeiçoamento contínuo para atender de forma adequada e funcional aos interesses e necessidades apresentados. Diferentemente do que foi divulgado a respeito dos benefícios da globalização, ela não tem sido solução para as crises constantes do capital, mas tem criado novas formas de exploração e precarização. Tais mudanças têm a ver com a estruturação do sistema a partir dos anos 90, relacionadas à “financeirização do capital (mais investimentos na área financeira em detrimento da social), a internacionalização da economia ou globalização articulada com o ideário

neoliberal, e o redimensionamento da divisão internacional do trabalho, como marcos importantes da expansão capitalista” (ARCOVERDE, 2008, p.108).

Todas essas questões são expressões da questão social e existem antes mesmo do surgimento do Serviço Social tratá-las como objeto de estudo e trabalho. No caso brasileiro, trata-se de um fenômeno histórico que vem se agravando. “No caso brasileiro essa natureza e tendência vem se mostrando nos indicadores de ampliação do desemprego, da pobreza e da desigualdade social” Arcoverde (2008).

“A Questão Social, enquanto síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, não é fenômeno novo no Brasil.” (ARCOVERDE, 2008). Os problemas sociais advindos desde a sua colonização, sendo posteriormente agravados a partir dos primeiros anos da República, principalmente os que tinham relação com a precariedade do trabalho e mão de obra excedente, além dos problemas relacionados à educação e à saúde. Como se sabe, foram tratados sob a perspectiva da filantropia e como caso de polícia.

Com o aumento da população nas áreas urbanas a partir de meados do século XIX, o contraste relacionado às desigualdades socioeconômicas tornou-se bastante evidenciado, passando a serem tratados em sua maioria no setor privado de modo repressivo ou assistencialista a fim de manter a ordem estabelecida. Já na contemporaneidade pode-se contar com as políticas sociais públicas para amenizarem os efeitos da questão social que, de fato não se limita às estratégias do Estado para reverter tais situações, mesmo porque se trata de um Estado fragilizado e subordinado à lógica contraditória do próprio modo de produção.

A questão social tem sido tratada de variadas formas por diversos autores, no entanto o que realmente está em jogo é seu enfrentamento que deve ser tomado como responsabilidade do Estado, a fim de trazer significado à vida das pessoas que sofrem as consequências de uma realidade histórica na qual elas pouco podem fazer para conquistarem sua emancipação, considerando que o próprio capital submete a classe trabalhadora à condições degradantes. No Brasil isso tende a ocorrer de modo mais severo devido à suas bases legais ser tão frágeis em comparação aos países que investem mais na proteção social e trabalhista. O trato da questão social exige cada vez mais do Serviço Social uma mobilização e articulação com a sociedade civil na luta pela superação desse modelo de produção. É preciso trabalhar os aspectos quantitativos e qualitativos da desigualdade social, da pobreza e do desemprego para que uma estratégia de enfrentamento possibilite a superação da ordem vigente pelo setor público.

Considerações Finais

A partir dos estudos realizados foi possível adquirir uma melhor apreensão sobre a categoria trabalho e sua relação com um modelo de Estado capitalista, seu papel aparece como fruto do próprio modo de produção e devido a isso acaba por se submeter aos interesses da classe dominante. O modo de produção capitalista é de caráter contraditório e até mesmo irracional, considerando que este sistema apesar de sua engenhosidade e capacidade de superação tem produzido e reproduzido suas próprias limitações e ao que parece está dando seus últimos suspiros diante dos longos ciclos de crise ou depressão.

Um dos principais fenômenos negativos resultado desse sistema prevalente é o desemprego que há muito deixou de ser apenas eventual e assumiu um caráter estrutural bem como a crise atual que vem prevalecendo desde os anos de 1970. A atual fase do capitalismo acentua de modo polarizado os seus resultados, que aparecem de modo positivo com o avanço tecnológico, mas em relação ao contexto social o que tem ocorrido é o agravamento de todas os problemas sociais.

A realidade do mundo do trabalho que se desdobra diante dos jovens brasileiros revela um cenário hostil e desanimador. O que tem feito parte desse cenário está baseado no individualismo, no fetichismo responsável por promover a inversão de valores, além de transformar trabalhadores em mercadorias sem utilidade que são deixados entregues à própria sorte. Além do aumento crescente do exército industrial de reserva, cujo tema é bem abordado pela teoria marxista, outros agravamentos acabam afetando a classe trabalhadora, que fora do mercado de trabalho perdem o mínimo de conforto que antes era garantido pelo emprego assalariado. As consequências imediatas podem ser percebidas pelo aumento da população em situação de pobreza.

Com a escassez de postos de trabalho e aumento da pobreza, seja ela relativa ou absoluta o futuro que se desvenda para a sociedade não é nada animador. Trata-se de uma situação muito séria, mas que tem sido banalizada pelos líderes mundiais que ainda não se voltaram para esse problema com intenção real de combate às desigualdades e contra a lógica insana de acumulação de riquezas em detrimento do empobrecimento da maioria.

O Estado capitalista sob as investidas neoliberais precisa ser combatido a fim de que diante da correlação de forças entre as classes ele possa de fato cumprir com o seu papel diante das injustiças sociais, pois são os próprios trabalhadores que produzem a riqueza que garante a manutenção de toda a ordem societal. O que temos hoje é um Estado burguês que tem mediado os conflitos resultantes da contradição capital e trabalho por meio de políticas sociais públicas que não promovem de fato a justiça social.

Diante de todo o cenário que foi apresentado, marcado mais por retrocessos do que por avanços, fato esse que pode ser constatado pela precarização generalizada de toda a conjuntura. Torna-se fundamental a união da sociedade civil e de todos os trabalhadores envolvidos na formulação e execução de políticas sociais públicas, como é o caso do Serviço Social, com o propósito decisivo de romper com a ordem do capital em busca da construção de uma sociedade justa e que o trabalho seja de fato uma categoria de libertação e não mais de subordinação.

A situação atual a qual chegamos de total desvalorização da vida humana e da força de trabalho subordinada, simplesmente não faz mais sentido continuar sendo reproduzida para a maioria da população que vive do trabalho. Os sentidos do trabalho e os sentidos da vida humana caminham lado a lado. Por isso é tão importante nos apoiarmos como cidadãos e profissionais que lidam com a questão social no conhecimento produzido por aqueles que conseguiram romper com a alienação auto imposta e conseguiram vislumbrar e defender a possibilidade da construção de uma sociedade baseada no bem-estar social.

Para o Serviço Social, discussões relacionadas à categoria trabalho e o desemprego, bem como o atual processo de precarização das condições de trabalho e conseqüentemente da vida dos trabalhadores precisam ser constantes de modo a contribuir com o máximo de informações que possibilitem trazer respostas mais apropriadas para os problemas que são apresentados pelos usuários como classe trabalhadora. Dentre esses problemas podemos destacar o incentivo à informalidade e ao empreendedorismo. Além de elementos do neoliberalismo, cuja crise tem sido utilizada como justificativa para o corte dos recursos financeiros, ainda sem contar com o endividamento externo impagável.

Em relação aos jovens, o que pôde ser constatado é que, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade a qual são negadas alternativas de melhores condições de acesso ao trabalho decente. O Estado tem oferecido cursos que não condizem com a sua realidade ou necessidades imediatas, desse modo não conseguem emprego e passam a ser responsabilizados pelo fracasso. Por isso, a importância em conhecer profundamente a realidade e o cotidiano no qual tais sujeitos estão inseridos para que os profissionais responsáveis possam formular e executar políticas sociais públicas com maior eficácia e eficiência a fim de que não se convertam apenas em respostas funcionais ao capital.

Referências:

ANTUNES, Ricardo L.C. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO. *Serviço Social & Realidade, Franca*, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <<file:///D:/Revistas%20e%20regioes/Serviço%20Social%20&%20Realidade%20-%20UNESP.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. O capitalismo tardio: a crise do capital. In: _____. (Org.). *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez, 2009, 4ª ed. p. 111-189.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. In: _____. (Org.). *POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez. 5ªed. Vol. 2.p.147-191.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; dos SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. (Org.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2009, 2ª ed. p. 13-43.

CABRAL, José Pedro Cabrera; BURGINSKI, Vanda Micheli. Emprego e Trabalho na América Latina: análise crítica sobre as informações da CEPAL (1995 – 2008). *SER Social, Brasília*, v. 12, n. 26, p. 176-199, jan./jun. 2010. Disponível em:<<file:///D:/Revistas%20e%20regioes/SER%20social%20-DF.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

CASSAB, Clarice. Das correntes de Prometeu à Sociedade do Não - Trabalho? Reflexões Sobre a Centralidade do Trabalho a Partir da Juventude. *Libertas, Revista do Programa de Pós - Graduação em Serviço Social - Vol. 1, nº 2. Juiz de Fora*, v.1, n.2, p.136 - 151 jun/2007 – ISSN 1980-8518. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/correntes-de-prometeu.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

Código de Ética do Assistente Social: Lei 8662/93. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. Informalidade do Trabalho no Maranhão. *Teor. Pol. E Soc.* UFPB, v. 1, n. 1, dez. 2008. p. 75 – 91. Disponível em: <<file:///D:/Revistas%20e%20regioes/Teoria%20Política%20&%20Social-UFPB.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª ed. revista ampliada, São Paulo, Editora Atlas S.A. – 1995. (Capítulo 5).

DORNELLES, Aline Espindola; PANOZZO, Vanessa Maria; dos REIS, Carlos Nelson. Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 81-90, já./jun.2016. Disponível em:

< <file:///D:/Revistas%20e%20regioes/revista%20katalysis-SC.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A sociabilidade na órbita do capital: invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*. São Paulo. 2007. Editora Cortez. p. 47-103.

MARX, K. ; Engels. F. A transformação do dinheiro em capital . In:_____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Rubens Enderle. cap. 4. Disponível em: < <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jbv.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2017.

MARX, K. ; Engels. F. O Processo de Trabalho e o Processo de Valorização. In:_____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Rubens Enderle. Cap. 5. Disponível em: < <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jbv.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2017.

MARX, K. ; Engels. F. Maquinaria e grande indústria. In:_____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Rubens Enderle. cap. 13. Disponível em: < <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jbv.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2017.

MARX, K. ; Engels. F. A lei geral de acumulação capitalista. In:_____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Rubens Enderle. cap. 23. Disponível em: < <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jbv.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2017.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. In:_____. Editora Expressão Popular, 1ª ed. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. A POLÍTICA DE EMPREGO NO BRASIL: GERAÇÃO DE RENDA OU (RE) INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?. *Libertas*, UFJF, p. 1-16. Disponível em: < <File:///D:/Revistas%20e%20regioes/Libertas%20UFJF-MG.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2017.

dos SANTOS, Elder Carvalho; ABREU Marina Maciel. Informalidade do Trabalho no Maranhão. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 16, n. 3, ago./dez. 2009. p. 69 – 75. Disponível em:

<<file:///D:/Revistas%20e%20regioes/revista%20caderno%20de%20pesquisa%20%20UFMA.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.